



INSTITUTO FEDERAL DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE PERNAMBUCO

Campus Recife

Departamento acadêmico de Cursos Superiores – DACS

Coordenação de Administração e Turismo - CATU

Curso Superior Tecnológico de Gestão em Turismo

TAINÃ MENDES DE ARAÚJO PEREIRA

Turismo religioso para a preservação e valorização dos espaços sagrados da umbanda: o caso do Grupo Espírita Amor e Luz em Massangana, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco

Recife

2025

TAINÃ MENDES DE ARAUJO PEREIRA

Turismo religioso: para a preservação e valorização dos espaços sagrados da umbanda, o caso do Grupo Espírita Amor e Luz em Massangana, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco

Trabalho de conclusão de Curso – TCC apresentado ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco, como requisito para obtenção do título de Tecnólogo em Gestão de Turismo.

Orientadora: Profa. Dra. Bruna Galindo Moury Fernandes

Recife

2025

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária Danielle Castro da Silva CRB4/1457

P436t
2025

Pereira, Tainã Mendes de Araújo

Turismo religioso para a preservação e valorização dos espaços sagrados da umbanda: o caso do Grupo Espírita Amor e Luz em Massangana, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco / Tainã Mendes de Araújo Pereira. --- Recife: A autora, 2025.

61f. il. Color.

Trabalho de Conclusão (Curso Superior Tecnológico em Gestão de Turismo) – Instituto Federal de Pernambuco, Recife, 2025.

Inclui Referências e Apêndices.

Orientadora: Profª. Drª. Bruna Galindo Moury Fernandes.

1. Turismo religioso. 2. Religião afro-brasileira. 3. Patrimônio cultural imaterial. 4. Espaços sagrados urbanos. 5. preservação e valorização cultural. I. Título. II. Fernandes, Bruna Galindo Moury (orientadora). III. Instituto Federal de Pernambuco. CDD 338.4791 (21ed.)

Turismo religioso para a preservação e valorização dos espaços sagrados da umbanda: o caso do Grupo Espírita Amor e Luz em Massangana, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco

Recife, 15 de agosto de 2025.

Professora Orientadora

Examinador(a) interno(a)

Examinador(a) externo(a)

Recife
2025

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso - TCC investiga a preservação e valorização dos espaços sagrados da Umbanda, com ênfase no Grupo Espírita Amor e Luz (GEAL), localizado em Massangana, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. O objetivo é promover a preservação e valorização deste espaço sagrado, integrando o turismo religioso para conscientizar a comunidade e os visitantes sobre sua importância cultural e espiritual. A metodologia deste TCC adotou uma abordagem qualitativa, combinando revisão bibliográfica e aplicação de questionários com frequentadores do GEAL, buscando compreender suas percepções sobre a importância cultural e espiritual do local. Os resultados indicam que o GEAL atua como um espaço essencial de acolhimento, aprendizado e fortalecimento da identidade umbandista, sendo reconhecido pela comunidade como um centro de resistência e transmissão de saberes ancestrais. Estudos apontam que o turismo religioso, se conduzido de maneira respeitosa e sustentável, pode favorecer a valorização da Umbanda, gerar impacto positivo na comunidade e incentivar políticas públicas voltadas à preservação desses espaços. Neste sentido, a proposta de intervenção consistiu na elaboração de estratégias integradas entre gestores públicos, comunidades religiosas e iniciativas educacionais para garantir a manutenção e proteção desses locais, consolidando o turismo religioso como ferramenta de conscientização e combate à intolerância.

Palavras-chave: Turismo religioso; religião afro-brasileira; patrimônio cultural imaterial; espaços sagrados urbanos; preservação e valorização cultural.

ABSTRACT

This Final Course Work (TCC) investigates the preservation and appreciation of sacred Umbanda spaces, with emphasis on the Grupo Espírita Amor e Luz (GEAL), located in Massangana, Jabotão dos Guararapes, Pernambuco. The objective is to promote the preservation and appreciation of this sacred space by integrating religious tourism to raise awareness among the community and visitors about its cultural and spiritual importance. The methodology of this TCC adopted a qualitative approach, combining bibliographic review and application of questionnaires to GEAL visitors, seeking to understand their perceptions about the cultural and spiritual importance of the place. The results indicated that GEAL acts as an essential space for welcoming, learning and strengthening the Umbanda identity, being recognized by the community as a center of resistance and transmission of ancestral knowledge. Studies indicate that religious tourism, if conducted in a respectful and sustainable manner, can favor the appreciation of Umbanda, generate a positive impact on the community and encourage public policies aimed at preserving these spaces. In this sense, the intervention proposal consisted of developing integrated strategies between public managers, religious communities and educational initiatives to guarantee the maintenance and protection of these places, consolidating religious tourism as a tool for raising awareness and combating intolerance combating intolerance.

Keywords: Religious tourism; afro-brazilian religion; intangible cultural heritage; urban sacred spaces; cultural preservation and appreciation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Grupo Espirita Amor e Luz (GEAL)	13
Figura 2 – Festa de Iemanjá.....	18
Figura 3 – Presidente do GEAL (Aurelina Jacinto Antônio).....	25
Figura 4 – Identidade visual da marca	39
Fluxograma 1 – Fluxograma de busca dos trabalhos	29
Gráfico 1 – Avaliação da Contribuição do GEAL para o Bairro de Massangana.....	33
Tabela 1 – Cronograma de visita ao centro de Umbanda	35
Tabela 2 – Orçamento Base	36
Tabela 3 – Cronograma de Visitas - Caminhos de Axé (12 Meses)	37
Tabela 4 – Valores principais da marca “Caminhos de Axé”	39

LISTA DE ABREVIATURAS

GEAL	Grupo Espirita Amor e Luz
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
PCI	Patrimônio Cultural Imaterial
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
OMT	Organização Mundial do Turismo
CNPJ	Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica
INRC	Inventário Nacional de Referências Culturais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	11
2.1 TURISMO	11
2.2 CONCEITO, RELEVÂNCIA E IMPACTOS DO TURISMO RELIGIOSO	12
2.3 DIFERENÇA DA UMBANDA E CANDOMBLÉ; PRÁTICAS E CULTUAÇÃO	14
2.4 A UMBANDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E RELIGIOSO NO BRASIL	16
2.5 PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA UMBANDA	19
2.6 LEIS DE PRESERVAÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL DA UMBANDA	20
2.7 A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO SAGRADO PARA COMUNIDADES DE FÉ	22
2.8 A ORIGEM DO GRUPO ESPÍRITA AMOR E LUZ (GEAL)	24
2.9 PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO SAGRADO DA UMBANDA NO GEAL	25
3 METODOLOGIA	28
4 RESULTADOS E ANÁLISE	30
4.1 PERFIL DOS PARTICIPANTES	30
4.2 MOTIVAÇÃO, FREQUÊNCIA E TRATAMENTOS RECEBIDOS NO GEAL	31
4.3 AVALIAÇÃO DOS TRATAMENTOS ESPIRITUAIS	31
4.4 APRENDIZADO E A CONTRIBUIÇÃO DO GEAL PARA O BAIRRO DE MASSANGANA E DA UMBANDA PARA A SOCIEDADE EM GERAL	31
4.5 EXPERIÊNCIAS NO GEAL	33
5 CRONOGRAMA E ORÇAMENTO	35
5.1. CRONOGRAMA DE VISITA AO CENTRO DE UMBANDA	35
5.2. KIT CULTURAL (POR VISITANTE)	35
5.3. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS	36
6 IDENTIDADE VISUAL	39
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	40

1. INTRODUÇÃO

A Umbanda, religião genuinamente brasileira e de matriz africana, é considerada Patrimônio Cultural Imaterial (PCI), e reflete a diversidade religiosa e a pluralidade de influências culturais que permeiam o Brasil. Apesar de sua relevância, as religiões de matriz africana ainda enfrentam preconceitos e discriminações que ameaçam a preservação de seus espaços sagrados e práticas culturais (CAPPONI, 2024). Diante deste contexto, esta pesquisa aborda a preservação do espaço sagrado do Grupo Espírita Amor e Luz, localizado no bairro de Massangana, em Jaboatão dos Guararapes, destacando o potencial do turismo religioso aliado à educação como instrumentos de conscientização e valorização.

O problema central desta pesquisa reside na invisibilidade e desvalorização enfrentadas pela Umbanda e outros cultos afro-brasileiros, que são frequentemente marginalizados em virtude de preconceitos históricos e religiosos. Além disso, a ausência de políticas públicas que promovam a preservação desses espaços como bens culturais agrava a situação, comprometendo a transmissão de saberes tradicionais às gerações futuras (HICKENBICK, 2021).

A escolha do tema fundamenta-se na necessidade de integrar o turismo e a educação para fomentar o respeito, a compreensão e a valorização dos espaços sagrados da Umbanda, associando-os à preservação cultural e ao desenvolvimento espiritual. Entende-se que, ao fornecer experiências imersivas e significativas, o turismo religioso pode ser uma ferramenta poderosa para sensibilizar a sociedade e combater estereótipos negativos, como apontam Giumbelli (2021) em seu estudo sobre a contribuição do turismo para a promoção da diversidade religiosa no Brasil.

A literatura científica em geral aponta para a importância de considerar o turismo como uma estratégia para a preservação de patrimônios imateriais, especialmente em contextos de vulnerabilidade cultural (RIBEIRO, 2020). Além disso, estudos recentes evidenciam que o turismo de experiência, quando associado à identidade, contribui para o fortalecimento da educação local, promovendo interações respeitadas entre turistas e comunidades (TCHMOLO, 2024).

Nesse sentido, este TCC trabalho responde às demandas contemporâneas por práticas sustentáveis e responsáveis no setor turístico, alinhando-se aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), especialmente aqueles relacionados à promoção de sociedades inclusivas e à proteção do patrimônio cultural (ONU, 2020).

Este trabalho tem como objetivo promover o reconhecimento das religiões de matriz afro-brasileira no âmbito das instituições acadêmicas, públicas, privadas e na comunidade em geral. Busca-se evidenciar a importância do ensino e da valorização das singularidades que cada uma dessas religiões carrega em sua essência – seja por meio de seus rituais, forma de expressão ou subjetividades –, que as individualizam e tornam fundamental a sua compreensão e respeito. A proposta é contribuir de maneira efetiva para a redução do racismo religioso histórico, que ainda marca profundamente a sociedade brasileira. São objetivos específicos deste TCC: (1) Analisar as épocas propícias para visitaço ao espaço, (2) Verificar, junto à comunidade participante do espaço, a viabilidade dos períodos de visitaço, e (3) Montar uma programação de visitaço ao citado espaço sagrado.

Portanto, esta pesquisa busca promover a preservação e valorização do Grupo Espírita Amor e Luz como espaço sagrado e patrimônio cultural, propondo ações educativas e estratégias de turismo religioso. Ao fazê-lo, espera-se contribuir para o fortalecimento da identidade cultural da Umbanda, ao mesmo tempo em que se estimula o desenvolvimento local.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1. TURISMO

O turismo é uma atividade socioeconômica que envolve o deslocamento de pessoas para fora de seu ambiente habitual, com fins de lazer, negócios ou outros motivos. Essa prática não apenas movimentam economias locais e globais, mas também promove o intercâmbio cultural, a valorização de patrimônios históricos e a preservação de tradições. Segundo a Organização Mundial do Turismo (OMT), o turismo é um dos setores que mais crescem no mundo, contribuindo significativamente para o desenvolvimento sustentável de regiões que investem em infraestrutura e políticas públicas voltadas para o setor (GUIZI, 2024).

No contexto brasileiro, segundo Rabahy (2019) o turismo assume um papel estratégico devido à diversidade natural, cultural e histórica do país. O Brasil possui atrativos únicos, como praias, florestas, cidades históricas e manifestações culturais, que atraem milhões de visitantes anualmente. No entanto, o potencial turístico do país ainda enfrenta desafios, como a falta de investimentos em infraestrutura, a desigualdade regional e a necessidade de políticas públicas mais eficazes para promover o turismo de forma sustentável e inclusiva.

O turismo no Brasil é regulamentado por uma série de leis e políticas públicas, como o Estatuto do Turismo (Lei nº 11.771/2008), que estabelece diretrizes para o desenvolvimento do setor no país. Além disso, o Ministério do Turismo atua na promoção de destinos nacionais e internacionais, buscando ampliar a visibilidade do Brasil como um destino turístico de excelência. A Política Nacional de Turismo também enfatiza a importância do turismo sustentável, que busca conciliar o crescimento econômico com a preservação ambiental e cultural (LIMA e DUARTE, 2025).

Um dos segmentos que ganha destaque no Brasil é o turismo cultural, que valoriza o patrimônio histórico, as tradições locais e as manifestações artísticas. Esse tipo de turismo contribui para a preservação de bens culturais e para a geração de renda em comunidades tradicionais (MANCINI e HEREDI, 2024).

Apesar dos avanços, o turismo no Brasil ainda enfrenta obstáculos, como a falta de infraestrutura em regiões com grande potencial turístico, a sazonalidade e a concentração de fluxos em determinados destinos. Assim, para superar esses

desafios, é necessário investir em políticas públicas que promovam a diversificação dos roteiros turísticos, a capacitação de profissionais do setor e a integração entre turismo, cultura e sustentabilidade (LOHMANN et al., 2022).

Ao valorizar a diversidade natural e cultural do país, o turismo pode se tornar uma ferramenta poderosa para a promoção da identidade nacional, a geração de empregos e a preservação do patrimônio. No entanto, é fundamental que essa atividade seja planejada e executada de forma sustentável, garantindo benefícios para as comunidades locais e para o meio ambiente (GUIZI, 2024).

2.2. CONCEITO, RELEVÂNCIA E IMPACTOS DO TURISMO RELIGIOSO

O turismo religioso é uma prática que transcende a simples visitação a locais sagrados, constituindo-se como uma expressão cultural e social de profunda relevância. De acordo com Conrado (2021) e Giumbelli (2021), o turismo religioso pode ser definido como uma modalidade de viagem motivada pela busca de experiências espirituais, culturais e históricas, associadas a espaços considerados sagrados por diferentes grupos religiosos.

No contexto brasileiro, essa prática ganha destaque pela diversidade de manifestações religiosas, como a Umbanda, que possui raízes profundas na cultura afro-brasileira e se manifesta em locais como o Sítio de Pai Adão - Ilê Oba Ògúnté, em Recife, Pernambuco, um dos mais antigos e respeitados terreiros de Xangô do país; o Terreiro da Casa Branca, em Salvador, Bahia, considerado o mais antigo terreiro de candomblé do Brasil, que também influencia práticas umbandistas.

Este TCC aborda o Grupo Espirita Amor e Luz (GEAL) (**FIGURA 1**), fundado há 50 anos e que se destaca pela preservação das tradições afro-brasileiras e pela conexão com a história de resistência dos povos escravizados.

Figura 1 – Grupo Espirita Amor e Luz (GEAL).



Fonte: Autoria própria (2025).

Esses espaços, além de sua importância espiritual, representam resistência cultural e memória histórica. Contudo, o preconceito e a intolerância religiosa ainda são barreiras para o pleno reconhecimento do valor desses patrimônios, exigindo iniciativas que articulem educação, turismo e políticas públicas externas à proteção e valorização dos espaços sagrados (SILVA, 2023).

Segundo Paiva (2021), esses espaços não apenas abrigam rituais e práticas espirituais, mas também funcionam como repositórios de memória coletiva, guardando histórias e tradições que remontam ao período colonial e à resistência dos povos africanos escravizados. Nesse sentido, o turismo religioso pode ser uma ferramenta importante para a promoção da educação e conscientização sobre a importância desses locais, desde que seja praticado de forma respeitosa (ALVES, 2025).

A relevância do turismo religioso ultrapassa a dimensão espiritual, pois envolve aspectos sociais, culturais e econômicos. No âmbito local, ele estimula a geração de emprego e renda em comunidades que sediam espaços sagrados, além de promover a preservação de patrimônios, materiais e materiais (CORREIA, 2020). No entanto, para que os resultados positivos sejam eficazes, é fundamental que o turismo religioso seja orientado de maneira respeitosa, promovendo o equilíbrio entre o uso turístico e a preservação dos valores sagrados e culturais desses locais (BRAGA, 2022).

No contexto global, o turismo religioso tem sido reconhecido como uma

ferramenta poderosa para o diálogo intercultural e a promoção da paz. Ele aproxima pessoas de diferentes tradições, favorecendo a compreensão mútua e o respeito à diversidade religiosa (CAPPONI, 2024). No entanto, desafios como o turismo massivo, a comercialização excessiva de espaços sagrados e a falta de regulamentação adequada podem comprometer a eficiência e o caráter espiritual das práticas religiosas, gerando impactos negativos tanto para as comunidades locais quanto para os próprios visitantes (RADY MIR & TAVARES, 2024).

O turismo religioso também apresenta desafios, especialmente quando não é planejado de maneira adequada. Como apontam Alves (2025), a massificação do turismo em locais sagrados pode levar à degradação ambiental, à banalização das práticas religiosas e ao desrespeito às tradições locais. É fundamental que os visitantes sejam orientados sobre as normas de conduta e o significado espiritual dos terreiros de Umbanda, a fim de evitar impactos negativos sobre a comunidade e o meio ambiente.

A educação desempenha um papel central nesse processo, pois permite que turistas e moradores compreendam a importância da preservação dos espaços sagrados. Conforme destaca Souza (2024), programas educativos que envolvem a comunidade local e os visitantes podem contribuir para a valorização do patrimônio cultural e religioso, além de promover o desenvolvimento da região.

Além disso, o turismo religioso, quando bem conduzido, pode gerar impactos positivos tanto para a economia local quanto para a valorização da cultura e da espiritualidade (OLIVEIRA, 2019).

Esta abordagem pode transformar os terreiros de Umbanda em locais de aprendizado, reflexão e conexão espiritual, contribuindo para a preservação de um patrimônio cultural único. Desta forma, é possível aliar a valorização da diversidade religiosa ao desenvolvimento econômico e social, reforçando o papel do turismo religioso como uma prática cultural transformadora (PEREIRA, 2024).

2.3. DIFERENÇA DA UMBANDA E CANDOMBLÉ; PRÁTICAS E CULTUAÇÃO

A Umbanda e o Candomblé são duas das principais religiões de matriz afro-brasileira, ambas originadas a partir das tradições africanas trazidas ao Brasil durante o período colonial e de escravização dos povos africanos. No entanto, apesar de compartilharem raízes comuns, essas religiões possuem diferenças significativas em

suas práticas, rituais e formas de cultuação. Enquanto o Candomblé mantém uma forte ligação com as tradições africanas, especialmente das etnias iorubá, fon e bantu, a Umbanda surge como uma síntese dessas tradições com elementos do espiritismo, do catolicismo e de cultos indígenas (CORDEIRO, 2023).

De acordo com Lima e Cavalcanti (2020) no Candomblé, a prática religiosa é centrada no culto aos orixás, divindades africanas que representam forças da natureza e aspectos da vida humana. Os rituais são marcados por cânticos, danças e oferendas em línguas africanas, como o iorubá, e ocorrem em terreiros liderados por sacerdotes (babalorixás) ou sacerdotisas (ialorixás). A hierarquia é bem definida, e a iniciação é um processo longo e complexo, que envolve o aprendizado de rituais específicos e a incorporação dos orixás.

Ainda segundo Lima e Cavalcanti (2020) a Umbanda, incorpora elementos do Candomblé, mas também integra práticas do espiritismo kardecista, como a comunicação com espíritos desencarnados. Na Umbanda, as entidades cultuadas incluem caboclos, pretos-velhos e crianças, que realizam trabalhos de caridade e orientação espiritual. Os rituais são mais acessíveis e menos rígidos que os do Candomblé, com cânticos em português e uma estrutura hierárquica mais flexível. A Umbanda também enfatiza a prática da caridade e o auxílio aos necessitados.

Outra diferença marcante está na forma de cultuação. No Candomblé, os rituais são realizados em espaços sagrados chamados terreiros ou ilês, onde os orixás são cultuados por meio de oferendas, sacrifícios animais e danças ritualísticas. Já na Umbanda, os rituais ocorrem em terreiros ou centros, onde as entidades se manifestam por meio da incorporação em médiuns, realizando consultas e passes espirituais. A música e a dança também estão presentes, mas com um caráter mais voltado para a cura e o aconselhamento espiritual (RAIMUNDO, 2020).

Apesar das diferenças, ambas as religiões enfrentam desafios semelhantes, como a intolerância religiosa e a falta de reconhecimento de seus espaços sagrados como patrimônio cultural. A preservação dessas tradições depende não apenas da resistência das comunidades religiosas, mas também de políticas públicas que promovam o respeito à diversidade religiosa e cultural no Brasil (CORDEIRO, 2023).

Em síntese, a Umbanda e o Candomblé representam duas expressões distintas, porém complementares, da religiosidade afro-brasileira. Enquanto o Candomblé preserva as tradições africanas de forma mais ortodoxa, a Umbanda adapta essas tradições ao contexto brasileiro, criando uma prática religiosa única e

inclusiva. Ambas contribuem para a riqueza cultural e espiritual do país, destacando a importância da preservação e valorização dessas manifestações (CORDEIRO, 2023).

2.4. A UMBANDA COMO PATRIMÔNIO CULTURAL E RELIGIOSO NO BRASIL

A Umbanda surgiu no início do século XX, no Rio de Janeiro, é uma síntese de tradições africanas, indígenas e europeias, refletindo a diversidade cultural e espiritual do Brasil. Criada por Zélio Fernandino de Moraes em 1908, a Umbanda se caracteriza pela incorporação de entidades como caboclos, pretos-velhos e crianças, que realizam trabalhos de caridade e orientação espiritual. Essa religião representa uma resposta às opressões sofridas, buscando integrar diferentes tradições em uma prática espiritual única (MORAIS, 2019).

Suas práticas, que incluem rituais, cantos, danças e oferendas, são realizadas em espaços sagrados conhecidos como terreiros, que funcionam como centros de resistência cultural e espiritual e espaços onde se perpetuam saberes ancestrais e se fortalecem laços comunitários (MORAIS, 2019).

Em Massangana, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco, o GEAL é um exemplo desta tipologia de espaço os quais preservam tradições e memórias coletivas, ao mesmo tempo em que enfrentam desafios como o preconceito e a falta de reconhecimento como patrimônio cultural aos mais de 102 terreiros terreiros de religiões de matriz africana em Jaboatão dos Guararapes (SOUZA, 2024).

Um grupo de pesquisadores lançou o *site* (terreirosjaboatao.org) que tem como objetivo registrar e dar visibilidade aos espaços sagrados fomentando a luta por direitos, que são fundamentais para a preservação das tradições afro-brasileiras na região. O levantamento, lançado em 20 de novembro, constatou que 73,8% das casas religiosas cultuam o Candomblé e a Jurema Sagrada (religião afro-indígena); a Umbanda representa 11,7%. Em relação às comunidades onde atuam, 51,5% dos terreiros disseram realizar atividades sociais. O mapeamento também apontou que apenas 14,6% dos terreiros possuem Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica (CNPJ); enquanto que 85,4% não possuem (SOUZA, 2024).

O terreiro é o espaço sagrado onde se realizam os rituais da Umbanda e de outras religiões afro-brasileiras. Ele é considerado um local de conexão entre o mundo material e o espiritual, onde as entidades se manifestam para auxiliar os fiéis. Além

de sua função religiosa, o terreiro é um espaço de resistência cultural, preservando tradições, música, dança e conhecimentos ancestrais. A proteção desses espaços é essencial para a manutenção da identidade cultural e religiosa das comunidades umbandistas (CARDOSO, 2021).

A origem da Umbanda está profundamente ligada à história de resistência dos povos africanos escravizados e seus descendentes, que adaptaram suas práticas religiosas ao contexto brasileiro, incorporando elementos do catolicismo e do espiritismo kardecista (MORAIS, 2019).

Conforme destaca Marinho (2019) essa miscigenação religiosa resultou em uma expressão cultural única que reflete a pluralidade étnica e espiritual do país. No entanto, apesar de sua relevância, a Umbanda - desde sempre e até os dias atuais - ainda enfrenta desafios para ser reconhecida como patrimônio imaterial, o que limita o acesso a políticas públicas de preservação e valorização.

Diante do exposto, os programas educativos que envolvem a comunidade local e os visitantes podem contribuir para a desconstrução de estereótipos e preconceitos, promovendo uma compreensão mais ampla sobre a importância desses espaços sagrados. Segundo Souza (2024), iniciativas como roteiros guiados, palestras e oficinas sobre as histórias e rituais da Umbanda podem fortalecer o vínculo entre turismo e preservação, garantindo que a prática turística seja realizada de forma respeitosa. O turismo religioso, quando bem planejado, pode ser uma estratégia eficaz para a preservação e valorização dos terreiros de Umbanda.

Conforme apontam Silva e Alves (2025), práticas de turismo responsável, como a limitação do número de visitantes, a criação de normas de conduta e a formação de guias locais, podem garantir que as atividades turísticas sejam realizadas respeitosamente.

De acordo com Santos (2020) a promoção de eventos culturais e religiosos também é essencial para a valorização da Umbanda como Patrimônio Cultural Imaterial. Festivais, celebrações e encontros comunitários não apenas fortalecem os laços entre os membros da comunidade, mas também atraem visitantes interessados em conhecer a riqueza cultural e espiritual da Umbanda.

Como observa Araújo (2021), eventos como a Festa de Iemanjá (**FIGURA 2**) ou o Dia Nacional da Umbanda podem servir como plataformas para a divulgação dos terreiros, destacando seu papel como espaços de resistência e preservação da cultura afro-brasileira.

Figura 2 – Festa de Iemanjá



Fonte: Autoria própria (2025).

A preservação dos terreiros de Umbanda também depende de parcerias estratégicas com instituições públicas e organizações não governamentais. A falta de recursos financeiros e técnicos é um dos maiores obstáculos enfrentados por esses espaços sagrados, que muitas vezes dependem da comunidade local para sua manutenção. Parcerias com órgãos como o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) e a Fundação Cultural Palmares podem viabilizar projetos de restauração, capacitação e promoção dos terreiros, garantindo sua sustentabilidade em longo prazo (CARDOSO, 2021).

Em síntese, a Umbanda, como expressão cultural e religiosa, representa um Patrimônio Cultural Imaterial de grande relevância para o Brasil. Sua preservação e valorização dependem de uma abordagem integrada, que combine educação comunitária, promoção de eventos e parcerias estratégicas. Ações que podem ser complementadas ou integrantes de atividades de turismo religioso. Essas iniciativas não apenas podem contribuir para a sobrevivência dos espaços sagrados, mas também reforçam seu papel como pontos de resistência cultural e espiritual, contribuindo para a manutenção da diversidade religiosa e cultural do país (MORAIS, 2019).

No GEAL, a implementação de práticas como: roteiros guiados, palestras e oficinas sobre a história e os rituais da Umbanda fortalecendo o vínculo entre turismo

e preservação pode transformar o terreiro de Umbanda em um local de aprendizado e reflexão, contribuindo para a valorização da cultura afro-brasileira.

2.5. PROCESSO DE PATRIMONIALIZAÇÃO DA UMBANDA

A miscigenação entre povos africanos, a resistência à opressão eurocêntrica e o contato com a cultura indígena deram origem a diversas formas de religiosidade no país, entre elas a umbanda. As religiões de matriz afro-brasileira, ao longo da história do Brasil, enfrentaram o racismo estrutural, que se manifestou por meio de normas proibitivas e ideologias que buscavam deslegitimar suas práticas. Essas expressões religiosas, assim como outras manifestações culturais das populações negras e indígenas, foram e ainda são sistematicamente marginalizadas (GOMES e BANDUCCI JÚNIOR, 2022).

Os terreiros, espaços de culto dessas tradições, representam não apenas a resistência cultural, mas também a integração do legado africano e indígena na identidade brasileira. Presentes em todo o país, esses espaços possuem características regionais, como o tambor-de-mina no Maranhão, o xangô em Pernambuco, e os diversos candomblés e umbandas, que se organizam de maneira singular em diferentes estados. Esses locais são ricos em tradições, rituais, danças, cantos e mitos, constituindo um patrimônio cultural material e imaterial que precisa ser protegido e valorizado (CORREIA, 2020).

A Constituição Federal de 1988 ampliou o conceito de patrimônio cultural, incluindo não apenas bens materiais, mas também imateriais. O tombamento, instrumento tradicional de proteção do patrimônio material, passou a coexistir com outras formas de salvaguarda, como registros e inventários. O Terreiro Casa Branca do Engenho Velho, em Salvador, foi o primeiro terreiro tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), em 1984 (SILVA, 2024).

Outros terreiros, como o Axé Opô Afonjá e o Ilê Iyá Omim, localizado em Salvador (BA), também receberam essa proteção. O tombamento, que impõe restrições administrativas sobre a propriedade, nem sempre é o instrumento mais adequado para proteger bens imateriais, como os terreiros, que frequentemente necessitam de adaptações em seus espaços físicos (SILVA, 2019).

Assim, uma alternativa mais adequada é o Registro enquanto Patrimônio Cultural Imaterial, recurso que está previsto no Decreto nº 3.551 de 2000, que visa proteger as práticas culturais realizadas nesses locais.

Além disso, segundo Silva Neto (2019) os inventários, previstos constitucionalmente, podem ser utilizados de forma complementar ou como principal instrumento de proteção. Entre 2013 e 2015, o Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana incluiu, entre suas metas, o acompanhamento de processos de tombamento e a elaboração do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC).

Além disso, de acordo com Coelho (2023) a implementação de uma educação patrimonial, antirracista e antielitista, em instituições formais e não formais, é fundamental para garantir a participação efetiva das comunidades tradicionais nos processos de preservação e valorização de seus bens culturais. Essa abordagem educacional contribui para a formação de cidadãos conscientes e engajados na defesa do patrimônio cultural brasileiro.

2.6. LEIS DE PRESERVAÇÃO AO PATRIMÔNIO CULTURAL DA UMBANDA

A Umbanda, como expressão cultural e religiosa de matriz afro-brasileira, é protegida por diversas leis brasileiras que visam garantir a preservação de suas práticas, tradições e espaços sagrados. Essas leis estão alinhadas com a Constituição Federal e outros instrumentos legais que reconhecem a diversidade cultural e religiosa do país (SOUZA, 2024).

No contexto brasileiro, diversas leis e instrumentos de preservação foram implementados para salvaguardar o patrimônio cultural associado à Umbanda. Desde 1975, o Governo Federal do Brasil tem leis e decretos que visam proteger os terreiros contra qualquer tipo de alteração de formação material ou imaterial (MOREIRA, 2024).

Segundo Miranda (2023) em 2007, as pessoas do terreiro também foram reconhecidas oficialmente como um povo tradicional, enquadrando-se na Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais (PNPCT).

A Constituição Federal é a base legal para a proteção da Umbanda. O artigo 5º garante a liberdade de crença e o livre exercício dos cultos religiosos, enquanto o artigo 216 define o patrimônio cultural brasileiro como formado por bens materiais e

imateriais que representam a identidade e a memória dos diferentes grupos sociais. A Umbanda, como manifestação cultural e religiosa, está incluída nessa proteção (KUMAGAE, 2024).

O Decreto-Lei nº 25/1937, que organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelece diretrizes para a preservação de bens culturais, incluindo os de natureza religiosa. Esse instrumento legal prevê a possibilidade de tombamento de terreiros e outros espaços sagrados, garantindo sua proteção contra danos e descaracterizações (BRASIL, 1937). No caso de Massangana, a aplicação dessas normas poderia assegurar a integridade dos terreiros de Umbanda, contribuindo para a manutenção de suas práticas e tradições.

A lei nº 10.639/2003 alterou a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional Lei nº 9.394/1996 para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Essa lei reconhece a importância das religiões de matriz africana, como a Umbanda, na formação da identidade cultural brasileira e promove o respeito à diversidade religiosa nas escolas (BRASIL, 2009).

Além disso, a Lei nº 11.645/2008 surge em complementando a Lei nº 10.639/2003, ao incluir no currículo escolar o estudo da história e cultura dos povos indígenas e afro-brasileiros, reforçando a valorização das tradições religiosas e culturais da Umbanda (BRASIL, 2020).

Conhecida como Lei Caó, a Lei nº 7.716/1989 define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de religião. Ela protege os praticantes de religiões de matriz africana, incluindo a Umbanda, contra atos de intolerância religiosa, discriminação e violência (BRASIL, 2012).

O Estatuto da Igualdade Racial Lei nº 12.288/2010 reconhece a importância das religiões de matriz africana para a cultura brasileira e estabelece diretrizes para a promoção da igualdade racial e a proteção dos direitos de grupos étnicos e religiosos, incluindo os umbandistas (BRASIL, 2013).

Segundo Silva (2024) a implementação de políticas públicas que reconheçam e protejam esses espaços é crucial para sua preservação. Além disso, a criação de roteiros de turismo religioso incluindo visitas aos terreiros pode contribuir para a valorização desses locais, desde que realizados de maneira respeitosa e em consonância com as lideranças religiosas locais ao promover visitas guiadas, eventos culturais e atividades educativas, é possível gerar renda para as comunidades locais, ao mesmo tempo em que se fortalece a identidade cultural e religiosa desses espaços,

de forma sustentável, respeitando os rituais e tradições da Umbanda, sem banalizar ou comercializar excessivamente suas práticas sagradas.

Diante do exposto pode-se afirmar que, as leis e instrumentos de preservação relacionados ao patrimônio cultural da Umbanda no Brasil desempenham um papel fundamental na proteção e valorização desses espaços sagrados. A colaboração entre poder público, comunidades religiosas e sociedade civil é essencial para garantir que os terreiros de Umbanda continuem a ser espaços de fé, cultura e resistência, contribuindo para a riqueza e diversidade do patrimônio cultural brasileiro (SOUZA, 2024).

2.7. A IMPORTÂNCIA DO ESPAÇO SAGRADO PARA COMUNIDADES DE FÉ

A Umbanda e seus espaços sagrados são mais do que locais de culto; eles representam a resistência de uma tradição que, historicamente, tem sido alvo de discriminação e intolerância. Para as comunidades de fé, esses espaços são locais de transmissão de conhecimento, fortalecimento da coletividade e manutenção das práticas espirituais, desempenhando um papel essencial na preservação do patrimônio imaterial (BRAGA, 2022).

Os terreiros e centros umbandistas são territórios de acolhimento e residência identitária para seus praticantes. Esses espaços funcionam como ambientes de conexão entre os adeptos e os orixás, proporcionando um refúgio contra a marginalização social e promovendo a espiritualidade de maneira coletiva e acessível (PEDRAZZI, 2023). Além disso, são locais de resistência cultural, onde se perpetuam saberes ancestrais e práticas que, ao longo dos séculos, foram criminalizadas e perseguidas no Brasil (ARRUDA, 2023).

Segundo Lima (2025), esses locais são mais do que pontos de realização de rituais; são verdadeiros repositórios de memória coletiva, guardando histórias de resistência dos povos africanos escravizados e suas descendências. A conexão com o passado histórico da região, marcado pela luta contra a escravidão e pela busca de liberdade, confere aos terreiros um significado profundo, que transcende o aspecto religioso e alcança a esfera cultural e social.

A preservação desses espaços sagrados é fundamental para garantir a continuidade das tradições religiosas afro-brasileiras. No entanto, a falta de reconhecimento oficial e as práticas de intolerância religiosa dificultam essa

preservação, expondo as comunidades de fé a constantes desafios. Segundo Silva (2024), a proteção dos espaços sagrados requer a implementação de políticas públicas que reconheçam a importância do patrimônio cultural imaterial e promovam a valorização dessas tradições.

Programas educativos que envolvem tanto a comunidade local quanto os visitantes podem promover uma compreensão mais ampla sobre a importância desses locais, combatendo estereótipos e preconceitos. Conforme destacado por Morais (2024), iniciativas como roteiros guiados, palestras e oficinas sobre a história e os rituais da Umbanda podem fortalecer o vínculo entre turismo e preservação, garantindo que a prática turística seja realizada de forma respeitosa.

Acreditamos que essa abordagem educativa pode transformar os terreiros em locais de aprendizado e reflexão, contribuindo para a valorização da cultura afro-brasileira. Esta é a motivação central deste TCC que terá como objeto de análise, o GEAL.

O turismo de experiência surge como uma tendência que valoriza vivências autênticas, imersivas e personalizadas, permitindo que os viajantes se conectem de forma mais profunda com a cultura, a história e o cotidiano dos destinos visitados (FERREIRA, 2024). É considerado como uma alternativa viável para fortalecer a conexão entre os visitantes e os espaços sagrados da Umbanda. Diferentemente do turismo de massa, que pode banalizar os locais de culto, o turismo de experiência permite vivências mais profundas e autênticas, possibilitando que os visitantes conheçam e respeitem as práticas religiosas em seus próprios termos (PAZ, 2019). Essa abordagem pode atuar como um meio educativo, sensibilizando o público para a importância da diversidade religiosa e promovendo o diálogo inter-religioso, o que contribui para o combate à intolerância e o fortalecimento da coexistência de importação entre diferentes tradições espirituais (ARRUDA, 2023).

A resistência das comunidades de fé, aliada a ações concretas de valorização e proteção desses espaços, é essencial para garantir que a Umbanda continue a desempenhar seu papel social, cultural e espiritual na sociedade brasileira (MARQUES, 2024).

Em síntese, os espaços sagrados da Umbanda como o GEAL, representam muito mais do que locais de culto; são símbolos vivos de resistência cultural e espiritual, que merecem ser preservados e valorizados. Através da educação e do turismo religioso, é possível promover uma maior conscientização sobre a importância

desses locais, garantindo que continuem a desempenhar seu papel central na manutenção das práticas religiosas, culturais e espirituais das comunidades de fé (VIEIRA & GUIMARÃES, 2022).

2.8. A ORIGEM DO GRUPO ESPÍRITA AMOR E LUZ (GEAL)

Conforme depoimentos coletados junto aos integrantes do centro em entrevista, a fundação do centro espírita Grupo Espírita Luz e Amor – GEAL teve início na residência de João de Paula Leite (Sr. Leite), o qual, juntamente com sua esposa, ambos militares pertencentes à Aeronáutica, começaram a desenvolver atividades espirituais em sua própria residência. Em determinada ocasião, João de Paula Leite, incorporou o espírito do Caboclo Ubirajara, que se revelou como seu mentor espiritual e posteriormente também se tornou um dos mentores do Grupo Espírita Amor e Luz (GEAL). Durante essa manifestação, o caboclo Ubirajara comunicou ao João de Paula Leite que ele possuía uma missão a cumprir: a construção do centro espírita.

Diante dessa revelação, João de Paula Leite reuniu um grupo de dez companheiros da Aeronáutica, os quais, sensibilizados pela causa, auxiliaram financeiramente para a aquisição de um terreno, possibilitando o início da construção do centro, fundando o GEAL em 23 de novembro de 1972. O projeto conta, ainda, com a participação de outros médiuns comprometidos com a missão espiritual.

Após a conclusão da edificação, João de Paula Leite e sua família passaram a residir no centro, totalizando o tempo de três anos. Posteriormente, devido a questões de saúde, ele decidiu se mudar de vez para um sítio com sua família, transferindo a liderança da instituição para Maria Emília Leite (Dona Teca), sua amiga dos tempos de carreira militar e uma das fundadoras do centro.

Dona Teca esteve à frente da instituição por muitos anos, conduzindo suas atividades até o agravamento de seu estado de saúde em decorrência de um diagnóstico de câncer de pulmão. Devido à deficiência causada pela doença, houve a necessidade de transferir sua liderança para Aurelina Jacinto Antônio (**FIGURA 3**), que assumiu a responsabilidade pela gestão do centro aos 43 anos de idade desde 1981.

Figura 3 – Presidente do GEAL (Aurelina Jacinto Antônio).



Fonte: Autoria própria (2025).

2.9. PRESERVAÇÃO DO ESPAÇO SAGRADO DA UMBANDA NO GEAL

O turismo religioso, quando aliado à educação e à conscientização comunitária, pode ser uma ferramenta poderosa para a preservação e valorização de espaços sagrados (VIDAL, 2021). Um exemplo de resistência e preservação cultural é o GEAL, com mais de 50 anos de história, o grupo desempenha um papel importante na manutenção das práticas espirituais da Umbanda, além de ser um espaço de acolhimento e transmissão de saberes ancestrais.

Esse terreiro de Umbanda, assim como outros espaços afro-brasileiros, enfrenta desafios significativos para manter suas tradições e estruturas físicas, diante de um contexto marcado por preconceitos, falta de recursos e pressões urbanísticas. A preservação desses locais não apenas garante a continuidade das práticas religiosas, mas também fortalece a identidade cultural e espiritual da comunidade (LIMA, 2025).

Conforme destacam Jaluska e Junqueira (2019), muitos terreiros de Umbanda e Candomblé sofrem com a invisibilidade social, sendo frequentemente marginalizados em políticas públicas de preservação. Para superar essa lacuna, é essencial promover iniciativas de educação comunitária que conscientizem tanto os moradores locais quanto os visitantes sobre a importância histórica e espiritual do GEAL. Além disso, programas educativos, como oficinas, palestras e roteiros guiados, podem ajudar a desconstruir estereótipos e promover uma visão mais respeitosa e

inclusiva desses espaços sagrados.

Do ponto de vista operacional, a primeira estratégia pretendida para a preservação do GEAL é na esfera da educação comunitária. A conscientização da população local sobre a importância cultural e histórica da Umbanda é fundamental para combater a intolerância religiosa e promover o respeito pelos espaços sagrados. Segundo Giumbelli (2021), ações educativas externas para escolas, centros comunitários e órgãos públicos podem contribuir para uma mudança de percepção sobre as religiões de matriz africana.

Assim, este TCC propõe a realização de palestras, festas e rodas de conversa sobre a história da Umbanda e sua contribuição para a identidade brasileira, fortalecendo assim o sentimento de pertencimento da comunidade em relação ao GEAL e promovendo sua proteção contra ameaças externas.

Além da educação, conforme foi apontado anteriormente, o turismo é considerado uma ferramenta eficaz para valorizar e preservar o GEAL. O turismo religioso, quando bem estruturado, pode gerar benefícios econômicos para o centro e ampliar sua visibilidade, garantindo que o espaço seja reconhecido como patrimônio imaterial (SANTOS, 2020).

De acordo com Braga (2022), a implementação de visitas guiadas que respeitam a dinâmica espiritual do local e proporcionam experiências imersivas aos visitantes é uma maneira de sensibilizar o público e gerar recursos financeiros para a manutenção do espaço. Dentre as atividades a serem realizadas durante as visitas guiadas tem-se o acesso a exposições culturais e vivências religiosas. Propõe-se que estas ações sejam realizadas em parceria com instituições acadêmicas e culturais, garantindo que o turismo no GEAL ocorra de forma respeitosa e educativa.

É importante destacar que para a preservação do GEAL é fundamental o estabelecimento de parcerias institucionais. De acordo com Conrado (2021) a colaboração com universidades, órgãos governamentais e entidades culturais pode garantir suporte técnico e financeiro para a manutenção do espaço. Programas de pesquisa, projetos de extensão e ações de incentivo ao patrimônio imaterial são ferramentas importantes para fortalecer a presença do GEAL no cenário cultural e religioso de Pernambuco.

Segundo Hoshino e Rocha (2022), os centros religiosos que estabelecem parcerias com instituições acadêmicas conseguem documentar melhor sua história, obter reconhecimento oficial e garantir medidas de proteção contra ameaças externas,

como a especulação imobiliária e a discriminação religiosa. A promoção de eventos culturais também se configura como uma estratégia essencial para a valorização do GEAL. Festivais e celebrações religiosas abertas ao público e feiras culturais podem atrair visitantes e gerar maior engajamento da comunidade local.

Segundo Azevedo (2024), eventos que destacam a música, a dança e os rituais da Umbanda fortalecem sua identidade e criam oportunidades para o intercâmbio cultural, contribuindo para a quebra de estigmas e preconceitos. Dessa forma, o GEAL pode se consolidar não apenas como um espaço religioso, mas também como um centro de cultura e resistência da tradição afro-brasileira.

Essas estratégias não apenas garantem a continuidade das práticas espirituais da Umbanda, mas também reforçam a importância do GEAL como um patrimônio imaterial que deve ser protegido e valorizado. O fortalecimento desse espaço sagrado é um passo fundamental para a promoção da diversidade religiosa no Brasil e para a construção de uma sociedade mais respeitosa e inclusiva (MORAIS, 2024).

Por fim, conforme apontam Cardoso (2021), a falta de recursos financeiros e técnicos é um dos maiores obstáculos para a manutenção dos terreiros. No caso do GEAL, parcerias com instituições como o IPHAN e a Fundação Cultural Palmares podem viabilizar projetos de restauração, capacitação e promoção do espaço sagrado. Além disso, a participação ativa da comunidade local no planejamento e execução dessas iniciativas é essencial para garantir que suas necessidades e valores sejam respeitados.

3. METODOLOGIA

Para embasar este TCC, foi realizada uma pesquisa bibliográfica abrangente com o objetivo de identificar estudos relevantes relacionados ao tema 'turismo e educação', os quais foram complementados por outros estudos relativos às questões que integram o universo das religiões de matriz africana.

De acordo com Lunetta (2023), a principal vantagem da pesquisa bibliográfica está na possibilidade de pesquisador expor uma gama de fenômenos significativamente mais ampla do que seria possível investigar por meio de pesquisa direta. A análise rigorosa orientará as conclusões e recomendações das pesquisas e trabalhos acadêmicos.

Essa pesquisa envolveu a consulta a diversas fontes de informações, como bases de dados acadêmicos, periódicos científicos, livros e outros recursos confiáveis. O processo de pesquisa bibliográfica foi guiado por critérios específicos, incluindo limitações de dados, idiomas e foco na relação entre turismo religioso.

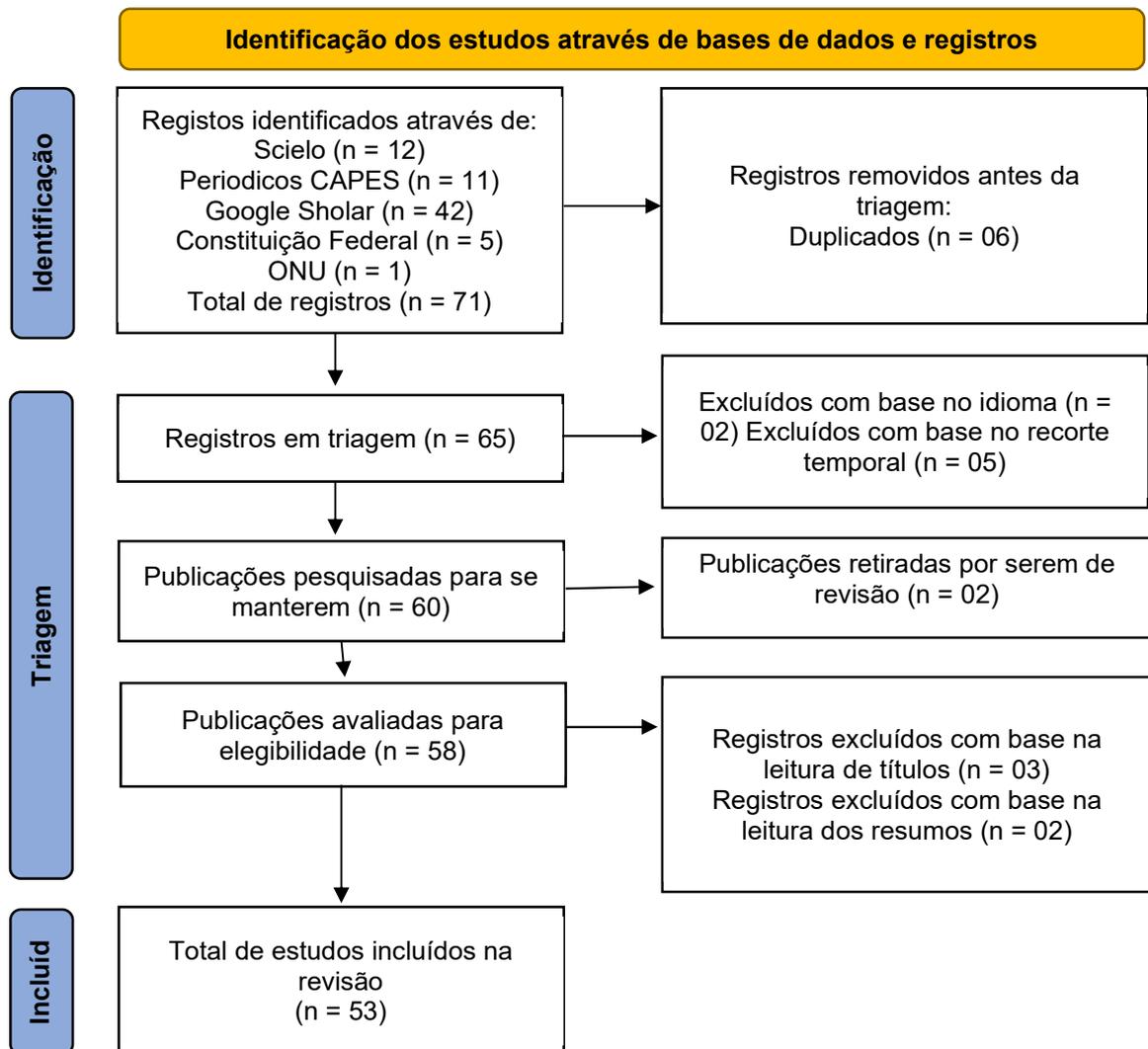
A análise desses estudos selecionados foi fundamental para a construção de uma compreensão abrangente acerca dos temas, visando posteriormente a elaboração de estratégias para promover a preservação e valorização dos espaços sagrados da Umbanda no Grupo Espírita Amor e Luz.

Para conhecer a produção do conhecimento acerca do tema investigado, foi realizado um levantamento bibliográfico nas bases de dados eletrônicas Scielo, Periódicos CAPES e Google Scholar nas quais se utilizaram os descritores: 'Patrimônio imaterial'; 'Resistência cultural'; 'Turismo de experiência'; 'Preservação espiritual' e 'Sustentabilidade religiosa'. Esse tipo de pesquisa é elaborado através de trabalhos já executados por outros autores, cujos interesses conferidos se aproximam e/ou dialogam.

A partir dos critérios de escolha foram identificados 57 artigos publicados dentro do recorte temporal (2019 a 2025). Os critérios de inclusão do uso dos artigos foram: 1) estudos publicados dentro do recorte temporal; 2) estudos com conteúdo dentro da temática estabelecida; 3) artigos na Língua Portuguesa (ou outra língua); 4) artigos originais.

Os critérios de exclusão do uso dos artigos foram: 1) estudos indisponíveis na íntegra; 2) estudos com erros metodológicos; 3) estudos repetidos.

Fluxograma 1: Fluxograma de busca dos trabalho.



Fonte: Autoria própria (2025).

4. RESULTADOS E ANÁLISE

Esta seção apresenta os resultados obtidos a partir da pesquisa realizada com 11 frequentadores do GEAL, localizado no bairro de Massangana, Jabotão dos Guararapes. A pesquisa teve como objetivo compreender a percepção dos participantes sobre sua experiência no GEAL, bem como avaliar o potencial do turismo religioso como ferramenta para a preservação e valorização dos espaços sagrados da Umbanda. Os dados coletados foram organizados e analisados com base nos objetivos da pesquisa, que incluem a promoção do turismo religioso responsável e a conscientização sobre a importância cultural e espiritual da Umbanda.

Ao final deste TCC, na seção dedicada aos apêndices, apresenta-se o (**QUADRO 1**) no qual se expõem os resultados do levantamento bibliográfico. Neste quadro são apresentadas as informações de autoria, data de publicação, título e link de acesso, além dos objetivos e resultados das obras e leis consultadas, as quais totalizaram 53 publicações.

4.1. PERFIL DOS PARTICIPANTES

A maioria dos participantes (81,8%) que frequentam o GEAL são mulheres, com idades acima de 43 anos, o que sugere uma predominância feminina e de faixas etárias mais maduras entre os frequentadores do local há mais de 3 anos, enquanto os dois homens participantes (18,2%) frequentam há menos de 6 meses. Esse perfil indica que o GEAL atrai principalmente mulheres que buscam apoio espiritual e bem-estar emocional, o que pode ser um ponto de partida para o desenvolvimento de estratégias de turismo religioso voltadas para esse público.

Além disso, a presença de dois homens (18,2%) com idades entre 31 e 38 anos sugere que o GEAL também pode atrair um público mais jovem, desde que sejam desenvolvidas ações de divulgação e sensibilização. Esse dado reforça a importância do GEAL como um espaço consolidado na comunidade, com uma base de frequentadores fiéis. Para o turismo religioso, isso indica que o GEAL possui um potencial significativo como destino espiritual, especialmente para visitantes que buscam experiências autênticas e imersivas em um terreiro de Umbanda com tradição e história.

4.2. MOTIVAÇÃO, FREQUÊNCIA E TRATAMENTOS RECEBIDOS NO GEAL

O principal motivo que levou os participantes a frequentar o GEAL foi a busca por tratamento espiritual (54,5%), seguido pelo interesse em aprender sobre a Umbanda (54,5%). A indicação de familiar ou amigo foi mencionada por apenas 9,1% dos participantes. Esses resultados destacam o papel do GEAL como um espaço de acolhimento espiritual e de aprendizado sobre a religião umbandista, o que pode ser explorado no contexto do turismo religioso.

Todos os participantes (100%) relataram ter passado por algum tipo de tratamento espiritual no GEAL. Os tratamentos mais comuns foram os passes espirituais (81,8%) e os banhos de ervas (63,6%), enquanto a orientação espiritual foi mencionada por 27,3% dos participantes. Esses dados reforçam a importância do GEAL como um espaço de cura e apoio espiritual, o que pode ser um atrativo para o turismo religioso. A oferta de tratamentos espirituais, aliada à preservação das tradições umbandistas, pode transformar o GEAL em um destino turístico único, desde que as práticas sejam realizadas de forma respeitosa e sustentável.

4.3. AVALIAÇÕES DOS TRATAMENTOS ESPIRITUAIS

Em relação à eficácia dos tratamentos espirituais, a maioria dos participantes (72,7%) avaliou que o tratamento foi eficaz para suas necessidades espirituais, atribuindo nota 5 em uma escala de 1 a 5. Além disso, 72,7% dos participantes afirmaram que o tratamento contribuiu para seu bem-estar físico e emocional. Todos os participantes (100%) relataram que o tratamento foi realizado de forma respeitosa e acolhedora. Esses resultados indicam que o GEAL possui um modelo de atendimento espiritual que pode ser replicado no contexto do turismo religioso, desde que sejam estabelecidas normas de conduta para os visitantes e garantida a preservação dos valores sagrados da Umbanda.

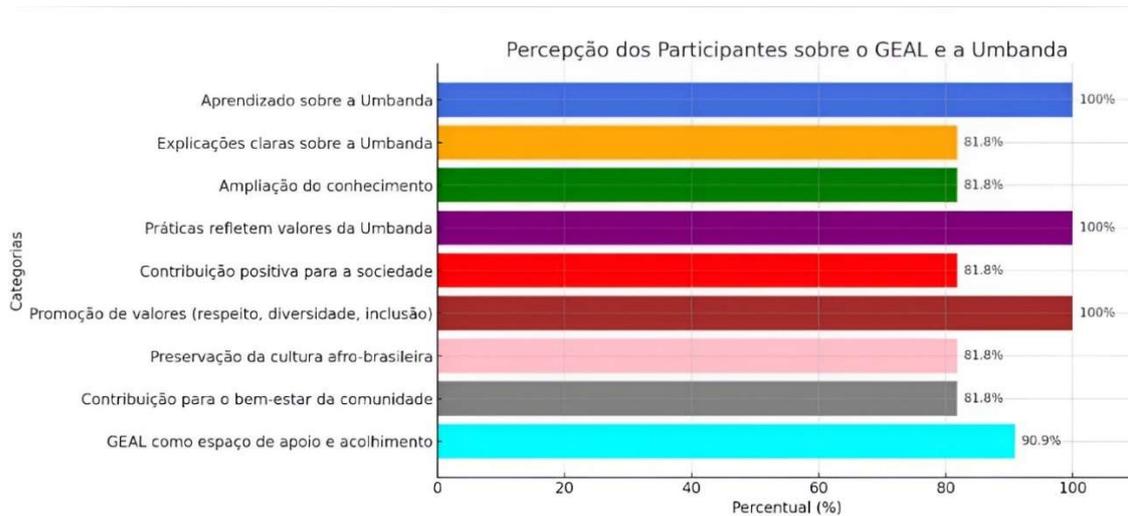
4.4. APRENDIZADO E A CONTRIBUIÇÃO DO GEAL PARA O BAIRRO DE MASSANGANA E DA UMBANDA PARA A SOCIEDADE GERAL

Todos os participantes (100%) afirmaram ter aprendido sobre os fundamentos e práticas da Umbanda durante as reuniões no GEAL. A maioria (81,8%) avaliou que

as explicações sobre a Umbanda foram claras e compreensíveis, atribuindo nota 5. Além disso, 81,8% dos participantes relataram que ampliaram seu conhecimento sobre a religião, e todos (100%) concordaram que as práticas realizadas no GEAL refletem os valores da Umbanda. Esses dados sugerem que o GEAL pode se tornar um espaço educativo para turistas interessados em conhecer a Umbanda, desde que sejam desenvolvidas atividades como visitas guiadas, palestras e oficinas que respeitem as tradições religiosas.

A maioria dos participantes (81,8%) acredita que a Umbanda contribui positivamente para a sociedade, atribuindo nota 5. Todos os participantes (100%) concordaram que a Umbanda promove valores como respeito, diversidade e inclusão. Além disso, 81,8% dos participantes afirmaram que a Umbanda ajuda a preservar a cultura afro-brasileira. Esses resultados reforçam a importância do GEAL como um espaço de resistência cultural e espiritual, que pode ser valorizado por meio do turismo religioso. A promoção de eventos culturais e religiosos, como a Festa de Iemanjá, pode atrair visitantes e gerar renda para a comunidade local, ao mesmo tempo em que contribui para a preservação do patrimônio imaterial da Umbanda.

Em relação à contribuição do GEAL para o bairro de Massangana, a maioria dos participantes (81,8%) avaliou que o grupo contribui para o bem-estar da comunidade local e promove ações que beneficiam os moradores do bairro, atribuindo nota 5. Além disso, 90,9% dos participantes concordaram que o GEAL é reconhecido como um espaço de apoio e acolhimento no bairro. Esses resultados destacam o papel do GEAL como um ponto de referência na comunidade, que pode ser fortalecido por meio de parcerias com instituições públicas e privadas para o desenvolvimento de projetos de turismo religioso (**GRÁFICO 1**).

Gráfico 1 – Avaliação da Contribuição do GEAL para o Bairro de Massangana

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

4.5. EXPERIÊNCIAS NO GEAL

A maioria dos participantes (81,8%) afirmou que encontrou no GEAL o apoio espiritual que buscava, atribuindo nota 5. Além disso, 90,9% dos participantes relataram sentir-se acolhidos e respeitados durante as reuniões, e 81,8% recomendariam o GEAL a outras pessoas que buscam ajuda espiritual. Esses resultados indicam que o GEAL possui um modelo de atendimento que pode ser replicado no contexto do turismo religioso, desde que sejam estabelecidas normas de conduta para os visitantes e garantida a preservação dos valores sagrados da Umbanda.

Diante disso, os resultados da pesquisa demonstram que o GEAL desempenha um papel fundamental na vida de seus frequentadores, oferecendo apoio espiritual, bem-estar emocional e aprendizado sobre a Umbanda. A maioria dos participantes destacou a eficácia dos tratamentos espirituais, o acolhimento recebido e a contribuição do grupo para a comunidade local. Esses resultados reforçam a importância do GEAL como um espaço de preservação da cultura afro-brasileira e de promoção de valores como respeito e inclusão.

No contexto do turismo religioso, o GEAL possui um potencial significativo como destino espiritual e cultural. A oferta de tratamentos espirituais, a realização de

eventos culturais e a promoção de atividades educativas podem atrair visitantes interessados em conhecer a Umbanda e vivenciar suas tradições. No entanto, é fundamental que o turismo no GEAL seja planejado de forma responsável, respeitando os valores sagrados da religião e garantindo a preservação do patrimônio imaterial da Umbanda.

5. ORÇAMENTO E CRONOGRAMA

5.1. CRONOGRAMA DE VISITA AO CENTRO DE UMBANDA

Objetivo: Promover a cultura e identidade religiosa da Umbanda, com foco no turismo cultural e religioso, respeitando os espaços sagrados e tradições da casa espiritual.

Tabela 1: Cronograma de visita ao centro de Umbanda.

Etapa	Atividade	Tempo estimado	Responsável
1	Recepção dos visitantes com boas-vindas	5 minutos	Guia Cultural
2	Apresentação sobre a história da Umbanda e da casa espiritual	15 minutos	Responsável Espiritual
3	Roda de conversa: fundamentos e arquétipos (Orixás, guias etc.)	15 minutos	Todos
4	Apresentação musical/cultural com pontos cantados	20 minutos	Guia Cultural
5	Entrega do kit cultural e lembrança	2 minutos	Equipe de apoio
6	Encerramento e agradecimentos	10 minutos	Equipe de apoio

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

5.2. KIT CULTURAL (POR VISITANTE)

Objetivo: Levar conhecimento, memória e identidade cultural para casa.

Tabela 2: Orçamento base.

Item	Quantidade	Valor unitário	Total
Kits culturais simples (com panfleto + caneta)	30 unidades	R\$12	R\$360
Camisas básicas da equipe (sem estampa nas costas)	3 unidades	R\$30	R\$90
Crachás impressos simples (papel plastificado)	3 unidades	R\$5	R\$15
Material gráfico reduzido (folders A5 preto e branco)	60 unidades	R\$1	R\$60
Criação de logo (voluntária ou parceria)	1 unidade	R\$0	R\$0
Água (para 30 pessoas)	60 unidades	1,25	R\$75
Reserva para imprevistos			R\$100
Total		R\$700	

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

5.3. RECURSOS HUMANOS ENVOLVIDOS

1. Guia Cultural médium

Responsável por conduzir a visita, apresentar os espaços do terreiro, e contextualizar os elementos da tradição Umbandista; preferencialmente alguém da própria casa religiosa, com experiência e conhecimento sobre os fundamentos da Umbanda.

Forma de participação: colaborativa

2. Responsável Espiritual (dirigente da casa)

Apresentará a parte espiritual e ritualística do espaço, explicando com respeito os fundamentos e práticas sagradas; fará a acolhida dos visitantes e o encerramento

simbólico.

Forma de participação: voluntária.

3. Equipe de apoio (2 pessoas)

Realizarão as seguintes atividades: apoio à montagem do espaço, entrega de kits culturais, organização do ambiente e recepção. Serão responsáveis também por servir água e registrar imagens, se autorizado.

Forma de participação: simbólica.

Observações:

A maior parte dos envolvidos é da própria comunidade religiosa, o que fortalece o pertencimento e garante legitimidade ao projeto.

Os valores são simbólicos e representam uma valorização mínima do tempo e saber de cada pessoa envolvida.

O uso de voluntariado e parcerias é essencial para a viabilidade do projeto cujo orçamento é reduzido.

Tabela 3: Cronograma de visitas – Caminhos de Axé (12 Meses).

Mês	Tema da Visita	Atividades Previstas	Equipe Envolvida	Observações
Janeiro	Abertura com Iemanjá	Roda de conversa + café + canto de saudação	Guia + Apoio	Pode ser feito no início do ano como rito de boas-vindas
Fevereiro	Orixás da Natureza	Tour + demonstração de instrumentos	Guia + Apoio	Valorizar Oxóssi e Ossain
Março	Mulheres na Umbanda	Foco em entidades femininas (Iansã, Oxum, Pombagira)	Guia + Dirigente	Alinhado ao mês da mulher
Abril	Axé e ancestralidade	Explicação sobre atabaques, guias e altar	Guia	Reflexão sobre heranças culturais
Maior	Umbanda como patrimônio	Roda com convidados da casa	Guia + Apoio	Valorização da identidade afro-brasileira

Junho	Ritos de passagem e iniciação	Explicação dos fundamentos (sem exposição ritual)	Guia + Dirigente	Mês propício a temas formativos
Julho	Juventude e espiritualidade	Visita educativa para grupos jovens	Guia + Apoio	Atividade com viés educativo e leve
Agosto	Saberes dos mais velhos	Conversa com dirigente mais antigo	Dirigente + Apoio	Valorização da oralidade
Setembro	Proteção espiritual	Foco em guias, defumação e símbolos	Guia	Integra elementos simbólicos
Outubro	Cosme e Damião	Simbolismo da infância na fé	Guia + Apoio	Com entrega simbólica de doces/kit leve
Novembro	Consciência Negra e Umbanda	Debate + vivência	Guia + Dirigente	Mês estratégico e potente
Dezembro	Encerramento com Oxalá	Reflexão final + café coletivo	Toda equipe	Encerramento simbólico do ciclo

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

6 IDENTIDADE VISUAL

Figura 4 - Identidade visual da marca



Fonte: Elaboração própria (2025)

Tabela 4: Valores principais da marca “Caminhos de Axé”.

Valor	Representação visual	Significado
Espiritualidade	Azul, pomba, atabaque	Conexão com os guias e Orixás
Respeito	Guia em círculo	Proteção ao espaço sagrado
Identidade afro-brasileira	Dourado, atabaque	Valorização das tradições culturais e religiosas
Paz e acolhimento	Branco, pomba	Ambiente seguro e aberto ao diálogo

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este TCC trouxe reflexões sobre a preservação e valorização dos espaços sagrados da Umbanda, com foco no Grupo Espírita Amor e Luz (GEAL) em Massangana, Jaboatão dos Guararapes, Pernambuco. O estudo demonstrou que a Umbanda enquanto religião de matriz afro-brasileira desempenha um papel essencial na manutenção da identidade cultural e espiritual do Brasil, apesar dos desafios impostos pelo preconceito e pela falta de reconhecimento institucional.

Ao longo da pesquisa, constatou-se que o turismo religioso pode ser uma ferramenta poderosa para promover a educação patrimonial e a preservação desses espaços. A implementação de visitas guiadas, palestras e eventos culturais pode não apenas sensibilizar a sociedade para a importância da Umbanda, mas também garantir que seus espaços sagrados sejam protegidos e respeitados. Além disso, a conexão entre turismo e religiosidade pode gerar benefícios socioeconômicos para a comunidade local, proporcionando novas oportunidades de desenvolvimento sustentável.

Os resultados da pesquisa também evidenciaram a relevância do GEAL como um centro de acolhimento e transmissão de saberes ancestrais. Os frequentadores do espaço relataram experiências significativas de aprendizado e apoio espiritual, reforçando a importância da manutenção e valorização desse patrimônio cultural imaterial.

Este TCC reforça a necessidade da implementação de medidas concretas para proteger os espaços sagrados da Umbanda e promover sua integração à agenda de preservação do patrimônio cultural brasileiro. A conscientização da sociedade, aliada ao comprometimento de gestores públicos e entidades religiosas, é essencial para garantir a continuidade dessas tradições e assegurar que a diversidade religiosa seja respeitada e celebrada. Por fim destaca-se que o fortalecimento do turismo religioso, pautado no respeito e na educação, pode representar um caminho promissor para a valorização da Umbanda e sua contribuição para a riqueza cultural do Brasil.

REFERÊNCIAS

- ALVES, J. M. **Rotas de Peregrinação: Impactos no Turismo Religioso, Recreativo e no Desenvolvimento Local**. Aracê., [s. l.], v. 7, n. 1, 2025. Disponível em: <https://periodicos.newsciencepubl.com/arace/article/view/2815>. Acesso em: 28 jan. 2025.
- ARAÚJO, L. A. L. **Alteridade na cidade do toque dos Orixás: visibilização e mobilização afro-religiosa em Imperatriz-MA**. Ufma.br, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/5644>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- ARRUDA, R. M. M. **Desafios e Resiliências nos Terreiros Afro-brasileiros: Intolerância e Lutas por Reconhecimento**. Colóquio de História da Unicap, [s. l.], v. 17, p. 403–412, 2023. Disponível em: <https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquiodehistoria/article/view/2662>. Acesso em: 29 jan. 2025.
- AZEVEDO, A. W. **Teologia e cultura de religiões afro-brasileiras na produção científica de teses e dissertações**. Estudos Afro-Brasileiros, [s. l.], v. 4, n. 1, p. 15–54, 2024. Disponível em: <https://www.estudosafrobrasileiros.com.br/index.php/eab/article/view/71>. Acesso em: 30 jan. 2025.
- BRAGA, A. V.; LIBARDONI, T. D.; CHIARELLI, L. M. A. **Lugares Sagrados e Culturas do Sul do Brasil**. PIXO - Revista de Arquitetura Cidade e Contemporaneidade, [s. l.], v. 6, n. 21, p. 246–261, 2022. Disponível em: https://openurl.ebsco.com/EPDB%3Aagcd%3A2%3A30123426/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Ascholar&id=ebsco%3Aagcd%3A158259226&crl=c&link_origin=scholar.google.com.br. Acesso em: 28 jan. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Decreto-Lei nº 25, de 25 de novembro de 1937** – Organiza a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional. Registros Públicos. [S. l.: s. n.], 1975. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 11.645, de 31 de dezembro de 1973** – Diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Registros Públicos. [S. l.: s. n.], 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.
- BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010** – Institui o Estatuto da Igualdade Racial; altera as Leis nºs 7.716, de 5 de janeiro de 1989, 9.029, de 13 de abril de 1995, 7.347, de 24 de julho de 1985, e 10.778, de 24 de novembro de 2003. Registros Públicos. [S. l.: s. n.], 2013. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989** – Define os crimes resultantes de preconceito de raça ou de cor. Registros Públicos. [S. l.: s. n.], 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

BRASIL. Presidência da República. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996** – Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Registros Públicos. [S. l.: s. n.], 2009. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em: 13 mar. 2025.

CAPPONI, G. **Resíduos sagrados: inovações rituais e oferendas afro-brasileiras na era da crise ambiental**. *Religião & Sociedade*, [s. l.], v. 44, n. 2, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rs/a/c57j3FFKdJTnFDV6JJVP7Bk/>. Acesso em: 23 jan. 2025.

CARDOSO, P. M. **Entre a lembrança e o esquecimento: memória, história e patrimônio cultural afro-brasileiros**. *Revista Brasileira de História*, [s. l.], v. 41, n. 88, p. 57–80, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/q9hD3F5qsTV4TmF4mqzkxQJ/?lang=pt>. Acesso em: 30 jan. 2025.

COELHO, H. R. B. C. **Por uma educação patrimonial e antirracista: Quilombo Paratibe-PB**. *Ufpb.br*, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27284>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CONRADO, D. M. **A percepção do fortalezense sobre o patrimônio cultural: a educação patrimonial na preservação cultural**. *Repositorio.ufc.br*, [s. l.], 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58117>. Acesso em: 28 jan. 2025.

CORDEIRO, P. R. D. **A fé nos seguidores da Umbanda**. *Ufrgs.br*, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/261936>. Acesso em: 14 mar. 2025.

CORREIA, B. C. V. **Comida de Candomblé e cozinha contemporânea: as transações das formas de comer nos terreiros de Candomblé e nos espaços de alimentação em Recife**. *Ub.edu*, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/178516>. Acesso em: 28 jan. 2025.

FERREIRA, S. R. **Documentação museológica de fotografias religiosas: o caso “Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca”**. *Ufop.br*, [s. l.], 2024. Disponível em: <https://monografias.ufop.br/handle/35400000/4942>. Acesso em: 14 mar. 2025.

GIUMBELLI, E. **Sentidos da Cultura em suas Relações com a Religião: Políticas Culturais e Diversidade Religiosa no Brasil**. *Dados*, [s. l.], v. 64, n. 4, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/dados/a/QwJyYJZCRntR8gKvgQ3RHVt/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2025.

GOMES, L. S.; BANDUCCI JÚNIOR, Á. **Processo de patrimonialização: experiências com o dossiê do Banho de São João de Corumbá e Ladário,**

(LAVALMA-UFMS). [S. l.: s. n.], [s. d.]. 2022. Disponível em: https://www.abant.org.br/files/1661464085_ARQUIVO_71023e804e0f6723fa5f888b342fe86d.pdf. Acesso em: 14 mar. 2025.

GUIZI, A. A. **O turismo em meio à sociedade 5.0: estudo em materiais da Organização Mundial do Turismo de 2016 a 2023. Turismo: Visão e Ação**, [s. l.], v. 26, p. e20140, 2024. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/Wpks4vLVnY4LbNFYdm5fTMF/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2025.

HICKENBICK, C.; SCHEMES, E. F.; CARRELAS, D. C. **A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em Santa Catarina e as suas relações com o turismo cultural**. *Turismo - Visão e Ação*, [s. l.], v. 23, n. 2, p. 415–434, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/hkqb8sBTr98ZhpYd7P74ShF/?lang=pt>. Acesso em: 23 jan. 2025.

HOSHINO, T. A. P.; ROCHA, O. L. S. M. **A Defensoria Pública na proteção dos territórios tradicionais de matriz africana**. *Revista da Defensoria Pública da União*, [s. l.], n. 16, p. 73–94, 2022. Disponível em: <https://revistadadpu.dpu.def.br/article/view/503>. Acesso em: 30 jan. 2025.

JALUSKA, T; JUNQUEIRA, S. **Experiências para a Educação Patrimonial Visando a Educação Religiosa**. *Interações - cultura e comunidade*, [s. l.], v. 14, n. 26, p. 332–360, 2019. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2019v14n26p332-360>. Acesso em: 30 jan. 2025.

KUMAGAE, J. P. **Tutela e Garantia dos Direitos Culturais**. *Revista Jurídica OAB Tatuapé*, [s. l.], v. 3, n. 1, 2024. Disponível em: <https://revista.oabtatuape.org.br/index.php/revista/article/view/74>. Acesso em: 14 mar. 2025.

LIMA, L. B. B. M.; DUARTE, D. C. **Políticas públicas de acessibilidade em turismo no Brasil**. *Turismo: Visão e Ação*, [s. l.], v. 27, p. e20333, 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tva/a/hRvWLFdnRbg7nMB5TRTxgk/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

LIMA, S. O. **Ofícios para os santos: o trabalho nos terreiros de umbanda e candomblé**. *Voices, Pretérito & Devir: Revista de história da UESPI*, [s. l.], v. 15, n. 1, p. 114–128, 2025. Disponível em: <https://revistavoices.uespi.br/index.php/revistavoices/article/view/455>. Acesso em: 29 jan. 2025.

LIMA, Valdir; CAVALCANTI, Carlos André M. **Cultos afro-paraibanos: Jurema, Umbanda e Candomblé**. 1. ed. São Paulo: Fundamentos de Axé, 2020. 192 p. ISBN 978-6580506088.

LOHMANN, G.; et al. **O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise crítica do período 2000-2019**. *Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo*, [s. l.], v. 16, p. 2456, 2022. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbtur/a/Th4bSSDfdb7ycQf9n6xYngL/>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MANCINI, L. A.; HEREDIA, V. B. M. **Memórias, Patrimônio**

Cultural. Desenvolvimento Socioeconômico em Debate, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 45–71, 2024. Disponível em:

<https://www.periodicos.unesc.net/ojs/index.php/RDSD/article/view/8514>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MARINHO, T. A. **Umbanda: Aquém e Além de Ortiz**. Revista Caminhos - Revista de Ciências da Religião, [s. l.], v. 17, n. 3, p. 156–171, 2019. Disponível em:

<https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7640>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MARQUES, M. C. **Brincar e resistir: fotoetnografia do empoderamento de crianças em terreiros de umbanda contra o racismo religioso escolar**. Novos Olhares, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 84–98, 2024. Disponível em:

<https://www.revistas.usp.br/novosolhares/article/view/226039>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MIRANDA, E. B. **Povos Originários e Comunidades Tradicionais e as Políticas Públicas**. Revista Saberes da Fapan, [s. l.], v. 11, n. 1, 2023. Disponível em:

<https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/revistasaberesfapan/article/view/1924>. Acesso em: 14 mar. 2025.

MORAIS, J. F. S. **Quilombo Maria Conga: memória, identidade e preservação cultural**. Ufrjr.br, [s. l.], 2024. Disponível em:

<https://rima.ufrjr.br/jspui/handle/20.500.14407/19646>. Acesso em: 29 jan. 2025.

MORAIS, M. R. **De macumba a umbanda: o processo de legitimação da religião dita genuinamente brasileira**. Horizonte: revista de Estudos de Teologia e Ciências da Religião, [s. l.], v. 17, n. 54, p. 3, 2019. Disponível em:

<https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9579873>. Acesso em: 30 jan. 2025.

MOREIRA, M. A. C. **Simbologia do terreiro: conexão entre o espaço e a mitologia das religiões afro-brasileiras: uma análise do terreiro 3 poderes: Ouro Preto-MG**. Ufop.br, [s. l.], 2024. Disponível em:

<https://monografias.ufop.br/handle/35400000/2843>. Acesso em: 14 mar. 2025.

OLIVEIRA, J. B. **As religiões afro-brasileiras na educação: desafios com a lei 10.639/03 nas escolas públicas na rede municipal do Recife**. Unicap.br, [s. l.], 2019. Disponível em:

<http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1243>. Acesso em: 28 jan. 2025.

ONU. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis**. ONU Brasil. [S. l.: s. n.], 2020. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11>. Acesso em: 24 jan. 2025.

PAIVA, M. C. **Entre a lembrança e o esquecimento: memória, história e patrimônio cultural afro-brasileiros**. Revista Brasileira de História, [s. l.], v. 41, n.

88, p. 57–80, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/q9hD3F5qsTV4TmF4mqzkkxQJ/>. Acesso em: 28 jan. 2025.

PAZ, A. M. **Pedrinha miudinha em aruanda ê, lajedo: o modo de vida da umbanda**. Ufba.br, [s. l.], 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31253>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PEDRAZZI, V.; FORNO, M. C. B. D.; VOGT, L. F. **Embranquecimento das religiões de matriz africana: Um paradoxo entre apropriação cultural e resistência**. Portal de Anais de Eventos da Faculdades EST, [s. l.], v. 8, p. 540–557, 2023. Disponível em: <https://revistas.est.edu.br/anais/article/view/2800>. Acesso em: 29 jan. 2025.

PEREIRA, J. V. T. L.; TEIXEIRA, C. M. SANTANA JUNIOR, H. M. **Onde tem axé? Desvendando o potencial do turismo afro-religioso em Nova Iguaçu (RJ)**. REPECULT - Revista Ensaios e Pesquisas em Educação e Cultura - (<https://doi.org/10.29327/222332>) - Qualis B1., [s. l.], v. 8, n. 12, p. 175–199, 2024. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/1024>. Acesso em: 28 jan. 2025.

RABAHY, W. A. **Análise e perspectivas do turismo no Brasil**. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, [s. l.], v. 14, n. 1, p. 1–13, 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbtur/a/9BTf68LkqpcdDDsKFvNxYSs/?lang=pt>. Acesso em: 14 mar. 2025.

RADY MIR, L.; TAVARES, F. **Conflitos religiosos e espaço público: A disputa pelas Dunas do Abaeté em Salvador**. Anuário Antropológico, [s. l.], v. v.49 n.1, 2024. Disponível em: <https://journals.openedition.org/aa/11885>. Acesso em: 28 jan. 2025.

RAIMUNDO, M. H. **Nas margens da fé: a Umbanda e o Candomblé e seus enfrentamentos contra a violência e a discriminação de práticas sociais afro-brasileiras, em Uberlândia/MG (1980-2000)**. Repositorio.ufu.br, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30610>. Acesso em: 14 mar. 2025.

RIBEIRO, M. F. B.; MELLO, C. R. C.; RIBEIRO, Â. M. B. **Cultura, patrimônio e turismo: narrativas e sociabilidades urbanas**. RELACult - Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade, [s. l.], v. 6, n. 2, 2020. Disponível em: <https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1780>. Acesso em: 23 jan. 2025.

SANTOS, W. P. **História, Cultura e Intolerância Acerca das Religiões de Matrizes Africanas no Brasil**. Revista de Estudos de Cultura, [s. l.], v. 5, n. 13, p. 39–52, 2020. Disponível em: <https://ufs.emnuvens.com.br/revec/article/view/13132>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SILVA NETO, J. P. **Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: Visgo para combater o racismo**. Perseu: História, Memória e Política, [s. l.], n. 17,

2019. Disponível em: <https://revistaperseu.fpabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/300>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SILVA, G. S. **O tombamento de terreiros de candomblé: o caso do Ilê Axé Opô Afonjá**. Ufrj.br, [s. l.], 2019. Disponível em:

<https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/12132>. Acesso em: 14 mar. 2025.

SILVA, T. D. **A construção da memória e da identidade cultural na comunidade quilombola do terreiro Nação Xambá em Olinda, Pernambuco, Brasil**. Ufpb.br, [s. l.], 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30705>. Acesso em: 28 jan. 2025.

SOUZA, E. **Site Mapeia Terreiros de Matriz Africana Em Jaboatão dos Guararapes (PE)** - Revista Afirmativa. [S. l.: s. n.], 2024. Disponível em:

<https://revistaafirmativa.com.br/site-inedito-mapeia-terreiros-de-matriz-africana-em-jaboatao-dos-guararapes-pe/>. Acesso em: 2 abr. 2025.

TCHMOLO, M. L. **Proposta de um novo conceito para turismo sustentável, à luz dos saberes de cidadania global e desenvolvimento sustentável**. Turismo: Visão e Ação, [s. l.], v. 26, p. e20056, 2024. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/tva/a/ChNCsScn8yjfWfSPMrcSLtj/>. Acesso em: 24 jan. 2025.

VIDAL, E. M. **Proposta didática baseada no ensino de História e Geografia: aplicação em escolas do Cabula para mobilização do turismo de base comunitária**. Ufba.br, [s. l.], 2021. Disponível em:

<https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33534>. Acesso em: 30 jan. 2025.

VIEIRA, J. T. P.; GUIMARÃES, V. L. **Turismo religioso e combate à intolerância em tempos de covid 19**: Revista de Turismo Contemporâneo, [s. l.], v. 10, n. 1, p. 94–116, 2022. Disponível em:

<https://periodicos.ufrn.br/turismocontemporaneo/article/view/26316>. Acesso em: 29 jan. 2025.

APÊNDICES

Quadro 1: Resultados do levantamento bibliográfico.

AUTORES E ANO	TITULO	OBJETIVO	RESULTADO	DOI
BRASIL (1937).	Decreto-Lei nº 25, de 25 de novembro de 1937	Organizar a proteção do patrimônio histórico e artístico nacional no Brasil, estabelecendo critérios para o tombamento de bens móveis e imóveis de interesse público, por sua relevância histórica, arqueológica, etnográfica, bibliográfica ou artística.	O Decreto-Lei nº 25 de 1937 criou um sistema de tombamento para preservar bens culturais e naturais, garantindo sua conservação e proteção. Ele estabeleceu os "Livros do Tombo" para registrar os bens tombados e definiu as categorias de patrimônio a serem protegidas, como arqueológico, histórico, belas artes e artes aplicadas.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0025.htm
BRASIL (2000).	Lei nº 11.645, de 31 de dezembro de 1973	Tornar obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares de ensino fundamental e médio, tanto em escolas públicas quanto privadas, promovendo o reconhecimento e a valorização das contribuições desses grupos para a formação da sociedade brasileira.	A implementação da lei busca ampliar a conscientização sobre a diversidade cultural do Brasil, combater preconceitos e estereótipos, e resgatar as contribuições históricas, sociais, econômicas e políticas dos povos afro-brasileiros e indígenas. Apesar de avanços, desafios permanecem na efetiva aplicação da lei em todo o território nacional.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6015compilada.htm
BRASIL (2003)	Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010	Instituir o Estatuto da Igualdade Racial, garantindo à população negra a efetivação da igualdade de oportunidades, a defesa dos direitos étnicos individuais, coletivos e difusos, e o combate à discriminação e às demais formas de intolerância étnica.	A lei promoveu ações afirmativas e políticas públicas para corrigir desigualdades raciais e valorizar a identidade da população negra. Ela também reforçou o compromisso do Estado e da sociedade com a inclusão social, econômica, política e cultural, além de fortalecer a luta contra o racismo e a intolerância étnica.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm

BRASIL (2009)	Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996	Estabelecer as diretrizes e bases da educação nacional no Brasil, regulamentando o sistema educacional e definindo princípios, direitos e deveres para garantir o acesso à educação de qualidade em todos os níveis de ensino.	A Lei nº 9.394/1996 consolidou um marco legal para a educação no Brasil, promovendo a gestão democrática, a valorização dos profissionais da educação e a garantia de padrões de qualidade. Ela também assegurou o direito à educação básica obrigatória e gratuita, ampliou o acesso ao ensino superior e incentivou a inclusão de temas como diversidade étnico-racial e pluralismo cultural nos currículos escolares.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm
BRASIL (2012)	Lei nº 7.716, de 05 de janeiro de 1989	Definir os crimes resultantes de preconceito de raça ou cor, estabelecendo punições para práticas discriminatórias relacionadas à raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional, promovendo a igualdade e combatendo a discriminação no Brasil.	A Lei nº 7.716/1989 consolidou um marco legal no combate ao racismo no Brasil, prevendo penas para atos discriminatórios em diversas áreas, como acesso ao trabalho, educação, serviços públicos e privados. Ela foi posteriormente ampliada para incluir outras formas de discriminação, reforçando a proteção dos direitos humanos e a promoção da igualdade racial no país.	https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l7716.htm
JALUSKA, T.; JUNQUEIRA, S. (2019).	Experiências para a Educação Patrimonial Visando a Educação Religiosa	Analisar, por meio de estudo de caso, atividades de educação patrimonial relacionadas ao patrimônio religioso em Curitiba, com foco em sua mediação para a promoção de educação cultural e religiosa.	A pesquisa revelou que essas atividades aproximam o patrimônio religioso da sociedade, contribuindo para a preservação da memória, o fortalecimento do sentimento de pertença e a criação de um elo entre passado e presente.	https://periodicos.pucminas.br/index.php/interacoes/article/view/P.1983-2478.2019v14n26p332-360
MARINHO, T. A. (2019).	Umbanda: Aquém e Além de Ortiz	Analisar a obra "A Morte Branca do Feiticeiro Negro" de Renato Ortiz, que propõe uma visão da Umbanda como uma religião tipicamente brasileira, explorando sua abordagem sobre a participação do negro na cultura brasileira e suas contribuições para os	O artigo evidenciou que a perspectiva de Ortiz oferece elementos fundamentais para compreender a Umbanda sob o prisma dos Estudos Culturais, reforçando seu papel na construção da identidade cultural brasileira.	https://seer.pucgoias.edu.br/index.php/caminhos/article/view/7640

		Estudos Culturais e os estudos pós-coloniais.		
MORAIS, M. R. (2019).	De macumba a umbanda: o processo de legitimação da religião dita genuinamente brasileira	Analisar o processo de legitimação da umbanda como religião afro-brasileira, abordando as estratégias adotadas por diferentes grupos para superar o estigma do feitiço, como a aproximação ao espiritismo kardecista ou a valorização de sua herança africana, especialmente na primeira metade do século XX.	A pesquisa destacou as vias de legitimação adotadas para consolidar a umbanda como religião, revelando como essas escolhas refletiram tanto a tentativa de "embranquecimento" quanto o esforço de preservar as raízes africanas.	https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=9579873
OLIVEIRA, A. J. B. (2019).	As religiões afro-brasileiras na educação: desafios com a lei 10.639/03 nas escolas públicas na rede municipal do Recife	Compreender a implementação da Lei 10.639/03 no currículo escolar das Escolas Públicas da Rede Municipal do Recife, especialmente em relação ao ensino de História, cultura afro-brasileira e africana, e às religiões de matriz africana, analisando práticas pedagógicas e desafios relacionados.	A pesquisa revelou medidas adotadas para ressignificar o currículo escolar e promover o ensino da história da África e do cenário afro-brasileiro. No entanto, identificou desafios como visões preconcebidas sobre religiões de matriz africana entre os alunos e o desconhecimento da Lei por parte de alguns docentes. Por outro lado, destacou que professores engajados em formações continuadas e movimentos políticos têm sido fundamentais para a efetivação da Lei e a valorização das culturas afro-brasileiras nas escolas.	http://tede2.unicap.br:8080/handle/tede/1243?mode=full
PAZ, A. M. (2019).	Pedrinha miudinha em aruanda é, lajedo: o modo de vida da umbanda	Compreender como os umbandistas do Centro de Umbanda Irmão Carlos, em Salvador, produzem seu modo de vida, analisando as dinâmicas históricas, culturais e práticas ritualísticas que moldam suas experiências	A pesquisa evidenciou a necessidade de reconhecer as peculiaridades dos espaços de culto das Umbandas, destacando a multiplicidade de práticas e ritos que compõem seu território.	https://repositorio.ufba.br/handle/ri/31253

		religiosas, utilizando a etnografia para descrever a complexa teia de significados do grupo investigado.		
RABAHY, W. A. (2019).	Análise e perspectivas do turismo no Brasil	Abordando o mercado mundial de turismo, o turismo internacional receptivo e doméstico, e os impactos na distribuição regional de renda.	A pesquisa destacou a relevância do turismo doméstico e identificou oportunidades no turismo receptivo internacional.	https://www.scielo.br/j/rbtur/a/9BTf68LkqpcdD DsKFvNxY Ss/?lang=pt
SILVA, G. S. (2019).	O tombamento de terreiros de candomblé: o caso do Ilê Axé Opô Afonjá	Compreender o processo de tombamento do Ilê Axé Opô Afonjá, o primeiro Terreiro de Candomblé do estado do Rio de Janeiro a ser tombado, analisando o contexto jurídico e cultural que possibilitou esse reconhecimento, com ênfase no Decreto-Lei nº 25/37 e na Constituição de 1988.	O estudo revelou a relevância do Ilê Axé Opô Afonjá como símbolo da identidade multicultural brasileira, reforçando sua importância histórica, cultural e espiritual, além de enfatizar a atuação do Movimento Negro na conquista desse reconhecimento.	https://pantheon.ufrj.br/handle/11422/12132
CORDEIRO, P. R. D. (2020).	A fé nos seguidores da Umbanda	Analisar a forma como se processa a fé nas pessoas que seguem a prática e filosofia umbandista.	O estudo conseguiu analisar a fé como um poder intrínseco e multifacetado, que impulsiona as pessoas a superar dificuldades e perseguir objetivos, seja através da religião ou de experiências pessoais.	https://lume.ufrgs.br/handle/10183/261936
CORREIA, B. C. V. (2020).	Comida de Candomblé e cozinha contemporânea: as transações das formas de comer nos terreiros de Candomblé e nos espaços de alimentação em Recife	Analisar as transformações na cozinha dos terreiros de Candomblé da região metropolitana de Recife, destacando sua relação com a gastronomia contemporânea, a comercialização e o impacto cultural na valorização da identidade negra e na promoção da resistência étnica.	A pesquisa revelou como a adaptação da cozinha dos terreiros de Candomblé impulsionou o reconhecimento da cultura afro-brasileira, ampliando sua visibilidade em espaços públicos e gastronômicos. Além disso, essas mudanças fortaleceram a luta por igualdade étnica e tolerância, consolidando a culinária dos orixás como símbolo de resistência e patrimônio cultural.	https://diposit.ub.edu/dspace/handle/2445/178516

SILVA NETO, J. P. (2020).	Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana: Visgo para combater o racismo	Superar o reducionismo que limita os Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana apenas aos aspectos sagrados, aplicando os conceitos do Plano Nacional de Desenvolvimento Sustentável para fortalecer sua posição institucional e promover o diálogo com o Estado em todas as esferas.	A pesquisa evidenciou a relevância do plano como um instrumento inédito de políticas públicas, contribuindo para o fortalecimento institucional desses povos como sujeitos de direitos. Também destacou a ampliação do diálogo com o Estado e o enfrentamento ao racismo, reforçando o reconhecimento e a valorização dessas comunidades em sua totalidade cultural e social.	https://revisaperseu.fpaabramo.org.br/index.php/revista-perseu/article/view/300
LIMA, Valdir; CAVALCANTI, Carlos André M. (2020).	Cultos afro-paraibanos: Jurema, Umbanda e Candomblé	Contribuir para a preservação e manutenção da memória das religiões afro-brasileiras na Paraíba, através de um resgate histórico fundamentado em fontes orais, documentos, leis e outros recursos, destacando a Jurema, o Catimbó, a formação da Umbanda e a chegada do Candomblé ao estado, bem como a trajetória de militantes das religiões e o surgimento das federações.	O trabalho reconstruiu a história do culto secular da Jurema Preta, do Catimbó de Jurema, e das religiões afro-brasileiras na Paraíba. Também destacou figuras importantes, como Mãe Rita Preta, e analisou o papel das federações criadas por dissidências, evidenciando a riqueza cultural e espiritual dessas tradições e contribuindo para o fortalecimento de sua memória e identidade.	Cultos afro-paraibanos: Jurema, Umbanda e Candomblé. 1. ed. São Paulo: Fundamentos de Axé, 2020. 192 p. ISBN 978-6580506088.
ONU. (2020).	Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis 11: Cidades e Comunidades Sustentáveis	Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	Transformar as cidades e assentamentos humanos em locais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.	https://brasil.un.org/pt-br/sdgs/11
RAIMUNDO, M. H. (2020).	Nas margens da fé: a Umbanda e o Candomblé e seus enfrentamentos contra a	Compreender, a partir de uma perspectiva histórica, a violência religiosa contra a Umbanda e o Candomblé como uma manifestação do racismo que demoniza e persegue	A pesquisa revelou como o racismo e a intolerância religiosa se manifestam de forma velada em contextos como o de Uberlândia, destacando a resistência da população negra organizada. Além disso, evidenciou a	https://repositorio.ufu.br/handle/123456789/30610

	violência e a discriminação de práticas sociais afro-brasileiras, em Uberlândia/MG (1980-2000)	a população negra, analisando memórias e discursos construídos pela oralidade e confrontando-os com episódios de ódio e conflito.	importância de preservar as memórias e discursos das religiões afro-brasileiras como forma de enfrentamento ao preconceito e fortalecimento da consciência negra.	
RIBEIRO, M. F. B.; MELLO, C. R. C.; RIBEIRO, Â. M. B. (2020).	Cultura, patrimônio e turismo: narrativas e sociabilidades urbanas	Refletir sobre metodologias para trabalhar com o acervo histórico e cultural das cidades, relacionando cultura, patrimônio e turismo no contexto do século XXI, tomando como estudo de caso a cidade de Pelotas, no Sul do Brasil, com destaque para seu patrimônio arquitetônico e sua tradição doceira.	A pesquisa contribuiu para reflexões sobre as tensões entre turismo e patrimônio cultural, promovendo novas formas de coexistência entre estruturas materiais e simbólicas, além de valorizar os elementos históricos, urbanísticos e culturais de Pelotas como categorias da prática social e fruição cultural.	https://periodicos.claec.org/index.php/relacult/article/view/1780
SANTOS, W. P. (2020).	História, Cultura e Intolerância Acerca das Religiões de Matrizes Africanas no Brasil	Destacar as religiões de matriz africana como parte da diversidade cultural e religiosa do Brasil, analisando sua forte ligação com a África e investigando as causas da intolerância religiosa enfrentada por seus praticantes.	A pesquisa evidenciou as raízes históricas das manifestações religiosas de matriz africana e os desafios enfrentados por seus praticantes devido à intolerância religiosa. Além disso, reforçou a importância do reconhecimento e do respeito a essas tradições para promover a diversidade e combater o preconceito no Brasil.	https://ufs.emnuvens.com.br/revec/article/view/13132
CARDOS O, P. M. (2021).	Entre a lembrança e o esquecimento: memória, história e patrimônio cultural afro-brasileiros	Refletir sobre a memória e o esquecimento das heranças culturais afro-brasileiras a partir de quatro fatores.	O patrimônio cultural pode, além de conferir legitimidade à memória e à identidade dos grupos sociais que as reivindicam, institucionalizá-las na esfera pública, por meio da ação do Estado, criando direitos e deveres que têm efeitos diretos sobre a própria dinâmica social, tanto em seus aspectos materiais quanto simbólicos.	https://www.scielo.br/j/rbh/a/q9hD3F5qsTV4TmF4mqzqxQJ/?lang=pt

ARAÚJO, L. A. L. (2021).	Alteridade na cidade do toque dos Orixás: visibilização e mobilização afro-religiosa em Imperatriz-MA	Refletir sobre a relação entre religião e política a partir da análise interpretativa sobre um evento que visibilizou as lideranças de religião afro e a cultura do terreiro na cidade de Imperatriz-MA	a importância das lideranças de religiões afro e da cultura do terreiro, promovendo maior reconhecimento e respeito por essas tradições. Isso fortaleceu o diálogo entre religião e política, incentivando políticas públicas inclusivas e valorizando a diversidade cultural.	https://rosario.ufma.br/jspui/handle/123456789/5644
VIDAL, E. M. (2021).	Proposta didática baseada no ensino de História e Geografia: aplicação em escolas do Cabula para mobilização do turismo de base comunitária	Desenvolver uma proposta didática baseada no ensino de História e Geografia nas escolas municipais do Cabula, promovendo uma educação que mobilize para o turismo de base comunitária, com foco no território de quilombo Cabula.	A pesquisa resultou na criação e validação de uma proposta didática aplicada nas escolas municipais do Cabula, fortalecendo a mobilização para o turismo de base comunitária e valorizando o território de quilombo como um espaço educacional e cultural significativo.	https://repositorio.ufba.br/handle/ri/33534
CONRAD O, D. M. (2021).	A percepção do fortalezeense sobre o patrimônio cultural: a educação patrimonial na preservação cultural	Analisar em que medida a percepção do patrimônio cultural de Fortaleza pelos sujeitos que nele estão inseridos, pode contribuir para a preservação cultural da cidade, quando aliado às práticas educativas patrimoniais.	Infere-se que a percepção do patrimônio cultural pode contribuir para que os indivíduos despertem para a noção de pertencimento à cidade. E, a partir disso, reconheçam a necessidade da importância da preservação cultural e de ações que cumpram com esse propósito.	https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/58117
GIUMBE LLI, E. (2021).	Sentidos da Cultura em suas Relações com a Religião: Políticas Culturais e Diversidade Religiosa no Brasil	Examinar os sentidos da noção de cultura nas políticas públicas brasileiras que envolvem agentes religiosos, analisando as áreas de investimentos estatais relacionadas à Lei Rouanet, Pontos de Cultura e turismo cultural religioso, e compreendendo como a categoria "cultura" é concebida e apropriada nesses contextos.	A pesquisa revelou que a noção de cultura nas políticas públicas assume múltiplos sentidos, refletindo as dinâmicas entre diversidade religiosa e demandas por direitos no Brasil. Essa análise contribuiu para ampliar a compreensão sobre a pluralidade cultural e os desafios enfrentados na interação entre agentes religiosos e políticas estatais.	https://www.scielo.br/j/dados/a/QwJyYJZCRntR8gKvgQ3RHVt/?lang=pt

HICKENBICK, C.; SCHEMES, E. F.; CARRELLAS, D. C. (2021).	A salvaguarda do patrimônio cultural imaterial em Santa Catarina e as suas relações com o turismo cultural	Analisar a relação entre patrimônio cultural imaterial e turismo, considerando a atuação do Estado por meio das instituições responsáveis pela salvaguarda em Santa Catarina, explorando o significado dessa relação e os aspectos turísticos presentes no planejamento e apoio ao patrimônio.	O estudo revelou a predominância do aspecto identitário e do consumo interno do patrimônio cultural imaterial, com foco em ações voltadas para os grupos detentores dos bens e os moradores locais. Destacou-se a ausência de um interesse prioritário no consumo turístico, contrastando com outras pesquisas que enfatizam o patrimônio cultural como ativo econômico.	https://www.scielo.br/j/tva/a/hkqb8sBTr98ZhpYd7P74ShF/?lang=pt
PAIVA, M. C. (2021).	Entre a lembrança e o esquecimento: memória, história e patrimônio cultural afro-brasileiros	Analisar a memória e o esquecimento das heranças culturais afro-brasileiras nas políticas de preservação do patrimônio cultural no Brasil, problematizando as ações do IPHAN sob a perspectiva das políticas públicas voltadas para a reparação e valorização das referências culturais afro-brasileiras.	A pesquisa destacou as limitações e avanços das ações do IPHAN no reconhecimento e na valorização das heranças culturais afro-brasileiras. Ela evidenciou a necessidade de maior inclusão e promoção das referências culturais afrodescendentes nas políticas de preservação patrimonial, apontando que a reparação histórica e cultural é essencial para fortalecer a identidade e o reconhecimento dessas comunidades no Brasil.	https://www.scielo.br/j/rbh/a/q9hD3F5qsTV4TmF4mqzkkQJ/
VIEIRA, J. T. P.; GUIMARÃES, V. L. (2022).	Turismo religioso e combate à intolerância em tempos de covid 19	Ampliar o debate sobre a inserção das religiões de matriz africana no turismo religioso, com foco na umbanda em Teresópolis-RJ, analisando o potencial turístico local, os impactos da covid-19 nas atividades religiosas e os desafios enfrentados em um contexto de intolerância religiosa.	A pesquisa destacou as formas de resistência e estratégias dos religiosos umbandistas para a manutenção de sua fé durante a pandemia, evidenciou o potencial do turismo religioso como promotor do respeito à diversidade religiosa e cultural, e reforçou a necessidade de combater a intolerância religiosa em espaços turísticos e sociais.	https://periodicos.ufrn.br/turismocointemporaneo/article/view/26316
BRAGA, A. V.; LIBARDONI, T. D.; CHIARELLI, L. M. A. (2022).	Lugares Sagrados e Culturas do Sul do Brasil	Buscou-se dar visibilidade científica a esse tema, destacando a importância da preservação desses sítios preexistentes.	A pesquisa contribuiu para o reconhecimento científico e cultural dos lugares sagrados no Sul do Brasil, promovendo a preservação desses sítios e valorizando suas tradições como patrimônio histórico e espiritual.	https://openurl.ebsco.com/EPDB%3A3Agcd%3A2%3A30123426/detailv2?sid=ebsco%3Aplink%3Aschola

				r&id=ebsco%3Agcd%3A158259226&crl=c&link_origin=scholar.google.com.br
GOMES, L. S.; BANDUCI JÚNIOR, Á. (2022).	Processo de patrimonialização: experiências com o dossiê do Banho de São João de Corumbá e Ladário	Expor a trajetória do reconhecimento do Banho de São João de Corumbá e Ladário como Patrimônio Cultural do Brasil, analisando o processo de pesquisa, os desafios enfrentados e as estratégias adotadas, alinhadas às demandas da comunidade e das agências parceiras.	A pesquisa destacou o longo percurso de 11 anos que resultou na patrimonialização do Banho de São João, valorizando sua relevância cultural e social. Além disso, ressaltou o impacto positivo desse reconhecimento no fortalecimento da identidade local, na preservação das tradições e no envolvimento da comunidade em iniciativas de salvaguarda cultural.	https://www.abant.org.br/files/1661464085_A RQUIVO_71023e804e0f6723fa5f888b342fe86d.pdf
HOSHINO, T. A. P.; ROCHA, O. L. S. M. (2022).	A Defensoria Pública na proteção dos territórios tradicionais de matriz africana	Analisar a relação entre patrimônio cultural imaterial e turismo, considerando a atuação do Estado por meio das instituições responsáveis pela salvaguarda em Santa Catarina, explorando o significado dessa relação e os aspectos turísticos presentes no planejamento e apoio ao patrimônio.	O estudo revelou a predominância do aspecto identitário e do consumo interno do patrimônio cultural imaterial, com foco em ações voltadas para os grupos detentores dos bens e os moradores locais. Destacou-se a ausência de um interesse prioritário no consumo turístico, contrastando com outras pesquisas que enfatizam o patrimônio cultural como ativo econômico.	https://revisadadpu.dpu.def.br/article/view/503
LOHMAN N, G.; et al. (2022).	O Futuro do turismo no Brasil a partir da análise do período 2000-2019	Refletir sobre os principais desdobramentos do turismo no Brasil entre 2000-2019, analisando aspectos como economia, política, planejamento, marketing, transporte, meio ambiente, hospitalidade, gastronomia e lazer, com enfoque nas causas que impediram o país de se consolidar como	O estudo destacou a falta de uma abordagem coordenada entre os diferentes níveis de governo, crises econômicas, instabilidade política, violência, corrupção e ausência de campanhas de marketing de longo prazo como os principais entraves ao desenvolvimento do turismo no Brasil.	https://www.scielo.br/j/rbtur/a/Th4bSSDfdb7ycQf9n6xYngL/

		destino de renome internacional.		
SILVA, T. D. (2023).	A construção da memória e da identidade cultural na comunidade quilombola do terreiro Nação Xambá em Olinda, Pernambuco, Brasil	Analisar a construção das memórias e identidades culturais da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá, em Olinda-PE, destacando como a preservação de suas tradições contribui para o sentimento de pertencimento e para os valores comuns.	A pesquisa evidenciou que os membros da Comunidade Quilombola do Terreiro Nação Xambá reconhecem a importância da preservação de sua memória e identidade cultural.	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/30705
ARRUDA, R. M. M. (2023).	Desafios e Resiliências nos Terreiros Afro-brasileiros: Intolerância e Lutas por Reconhecimento	Destacar as violações sofridas pelo povo de santo e identificar os principais fatores que contribuem para o aumento das desvantagens socioeconômicas sociais que estão na base da violência contra os religiosos.	Adotar estratégias de solidariedade, as religiões afro-brasileiras reafirmam seus direitos fundamentais, resistem à intolerância e sublinham a importância da liberdade de crença no Brasil	https://www1.unicap.br/ojs/index.php/coloquio dehistoria/article/view/2662
COELHO, H. R. B. C. (2023).	Por uma educação patrimonial e antirracista: Quilombo Paratibe-PB	Contribuir para a promoção de uma educação que transforma, buscamos, apresentar uma proposta de educação patrimonial e antirracista voltada para salas de aula de 5º ano, por meio de uma proposta de sequência didática.	Ao tratar a história da África e dos afro-brasileiros como uma direção transversal e que, em se tratando da fase do Ensino Fundamental, deve ser levado em conta o universo da ludicidade para construção do conhecimento.	https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/27284
MIRANDA, A. E. B. (2023).	Povos Originários e Comunidades Tradicionais e as Políticas Públicas	Compreender a importância das políticas públicas governamentais, especialmente da PNPCT, para os Povos Originários e Comunidades Tradicionais, destacando sua relação com o conceito de Bem Viver e sua contribuição para a	A pesquisa destacou a indispensabilidade de políticas públicas sistematizadas, como a PNPCT, para o desenvolvimento sociocultural, a valorização dos saberes e a conservação da biodiversidade. Reforçou a necessidade de legitimação das práticas e conhecimentos tradicionais, enfatizando o	https://estacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/revistasaberesfapan/article/view/1924

		preservação da cultura, do patrimônio, dos saberes tradicionais e da biodiversidade.	respeito à identidade dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais como um fator essencial para o equilíbrio socioambiental e para evitar a perda de ancestralidade e pertencimento.	
PEDRAZI, V.; FORNO, M. C. B. D.; VOGT, L. F. (2023).	Embranquecimento das religiões de matriz africana: Um paradoxo entre apropriação cultural e resistência	Analisar as formas de embranquecimento das religiões de matriz africana, como Umbanda e Candomblé, identificando sua relação com o biopoder cultural e a resistência da população negra, além de explorar a ambiguidade entre apropriação cultural e resistência na livre manifestação da religião e da cultura.	A pesquisa destacou como o sincretismo religioso foi uma ferramenta de resistência para a população negra manter suas tradições e manifestar plenamente sua fé, mesmo em um contexto de preconceito e censura. Além disso, evidenciou a ambivalência entre a apropriação cultural por pessoas brancas e a adaptação das práticas afro-brasileiras, reforçando a importância de preservar a autenticidade e a valorização das tradições de matriz africana.	https://revisitas.est.edu.br/anais/article/view/2800
TCHMOLLO, M. L. (2024).	Proposta de um novo conceito para turismo sustentável, à luz dos saberes de cidadania global e desenvolvimento sustentável	Propor um conceito plural para turismo sustentável, baseado na intersecção entre os saberes de cidadania global e desenvolvimento sustentável, utilizando revisão sistemática e integrativa de literatura.	A pesquisa revelou a escassez de conexões entre cidadania global e turismo sustentável na literatura científica, concentrando-se principalmente em estudos do hemisfério norte. Foi proposto um conceito biocêntrico para turismo sustentável, destacando a importância da interdisciplinaridade como estratégia para avançar no conhecimento científico sobre o fenômeno turístico.	https://www.scielo.br/j/tva/a/ChNCsScn8yjfWfSPMrcSLtj/
AZEVEDO, A. W. (2024).	Teologia e cultura de religiões afro-brasileiras na produção científica de teses e dissertações	Investigar a influência da teologia e da cultura das religiões afro-brasileiras destacando sua relevância na construção do conhecimento científico.	A pesquisa evidenciou a crescente valorização das religiões afro-brasileiras na produção científica, promovendo maior reconhecimento acadêmico e fortalecimento da diversidade cultural e religiosa nos espaços de estudo e debate.	https://www.estudosafrobrasileiros.com.br/index.php/eab/article/view/71

CAPPON I, G. (2024).	Resíduos sagrados: inovações rituais e oferendas afro-brasileiras na era da crise ambiental	Analisar as renegociações e tensões entre tradição e inovação nas práticas de oferendas das religiões afro-brasileiras, considerando o contexto de sustentabilidade.	A pesquisa evidenciou a evolução na composição das oferendas e nas práticas rituais em terreiros de umbanda e candomblé em São Paulo e Rio de Janeiro. Essas mudanças refletem estratégias para alinhar os rituais às preocupações ambientais, enfrentando críticas e reafirmando a conexão intrínseca dessas religiões com a natureza.	https://www.scielo.br/j/rs/a/c57j3FFKdJTnFDV6JJVP7Bk/
FERREIRA, S. R. (2024).	Documentação museológica de fotografias religiosas: o caso “Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca”	Compreender as memórias produzidas nos Terreiros de Umbanda, com foco no Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca, analisando seus acervos fotográficos e a documentação museológica desenvolvida para salvaguardar essas manifestações culturais.	A pesquisa destacou o papel essencial da Museologia na preservação de memórias e manifestações culturais dos Terreiros de Umbanda, com foco no Terreiro Cabana Caboclo Pedra Branca.	https://monografias.ufop.br/handle/35400000/4942
GUIZI, A. A. (2024).	O turismo em meio à sociedade 5.0: estudo em materiais da Organização Mundial do Turismo de 2016 a 2023. Turismo: Visão e Ação	Identificar os efeitos das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) relacionadas à Sociedade 5.0 no setor de turismo, com base em materiais da Organização Mundial do Turismo (OMT), para analisar seu impacto em políticas públicas, gestão, planejamento de destinos e recursos.	A pesquisa revelou melhorias significativas na experiência turística, como maior acolhimento de visitantes, sustentabilidade das comunidades, promoção de territórios e facilidade nas reservas. Além disso, destacou a contribuição das TIC para uma experiência turística mais autônoma e enriquecedora, reforçando a qualidade de vida e inclusão social proporcionadas pela Sociedade 5.0.	https://www.scielo.br/j/tva/a/Wpks4vLVnY4LbNFYdm5FTMF/?lang=pt
KUMAGA E, J. P. (2024).	Tutela e Garantia dos Direitos Culturais	Realizar um estudo sobre os direitos culturais como direito fundamental e essencial para a dignidade humana, analisando como a Constituição Federal de 1988 protege esses direitos e define o papel do Estado em sua	O estudo evidenciou a centralidade da cultura como um direito essencial, destacou as dificuldades de efetivação em uma sociedade multicultural e apresentou os instrumentos processuais disponíveis para garantir a concretização dos direitos culturais, reforçando a	https://revista.oabtatua.pe.org.br/index.php/revista/article/view/74

		efetivação, além de abordar os desafios e instrumentos processuais para garantir sua implementação.	importância da atuação estatal nesse processo.	
MORAIS, J. F. S. (2024).	Quilombo Maria Conga: memória, identidade e preservação cultural	Estudar a comunidade quilombola Maria Conga como referência cultural da herança africana em Magé, destacando a liderança de Maria Conga na luta contra a escravidão e sua relevância histórica, social e cultural nos séculos XX e XXI, além de analisar como a educação patrimonial fortalece a identidade quilombola.	A pesquisa evidenciou a importância dos protagonistas quilombolas na preservação cultural e na afirmação da identidade da comunidade. Concluiu-se que a educação patrimonial é uma ferramenta valiosa para retransmitir conhecimentos culturais às gerações futuras e consolidar os membros da comunidade como protagonistas da sua própria história.	https://rima.ufrj.br/jspui/handle/20.500.14407/19646
SOUZA, E. (2024).	Site Mapeia Terreiros de Matriz Africana Em Jaboatão dos Guararapes (PE)	Registrar e dar visibilidade aos terreiros de religiões de matriz africana em Jaboatão dos Guararapes, promovendo a preservação das tradições afro-brasileiras e fomentando a luta por direitos fundamentais dessas comunidades.	O mapeamento identificou 102 terreiros, destacando sua importância cultural e social, e revelou dados sobre suas práticas religiosas e atividades comunitárias. A iniciativa contribuiu para a valorização e reconhecimento desses espaços sagrados, além de fortalecer a luta por direitos, como acesso ao CNPJ e benefícios fiscais.	https://revis-taafirmativa.com.br/site-inedito-mapeia-terreiros-de-matriz-africana-em-jaboatao-dos-guararapes-pe/
RADYMI R, L.; TAVARE S, F. (2024).	Conflitos religiosos e espaço público: A disputa pelas Dunas do Abaeté em Salvador	Analisar os conflitos entre o crescimento evangélico e as religiões afro-brasileiras em Salvador, destacando como esses embates refletem intolerância e racismo religiosos, e abordando os impactos no espaço público, como no caso da urbanização do Parque das Dunas e Lagoa do Abaeté.	A pesquisa revelou a intensificação dos conflitos no espaço urbano, com evangélicos exigindo a retirada de símbolos do candomblé enquanto reivindicam reconhecimento de seus próprios símbolos. Em contrapartida, os afroreligiosos ressignificaram o espaço público com práticas como os ebós coletivos, fortalecendo sua presença e reafirmando a identidade baiana marcada pelas religiões de matriz africana.	https://journals.openedition.org/aa/11885

<p>PEREIRA, J. V. T. L.; TEIXEIRA, A. C. M. SANTANA JUNIOR, H. M. (2024).</p>	<p>Onde tem axé? Desvendando o potencial do turismo afro-religioso em Nova Iguaçu (RJ)</p>	<p>Analisar o potencial do turismo em Nova Iguaçu, RJ, baseado na presença das religiões afro-brasileiras, explorando como a afro-religiosidade local pode impactar desde a mobilização social até o combate às narrativas racistas, utilizando o turismo como ferramenta de transformação social e cultural.</p>	<p>O estudo propõe o estímulo de um turismo afrocentrado, promovendo uma educação antirracista e valorizando os ritos e tradições das religiões afro-brasileiras. Este turismo fortaleceria a conexão entre os terreiros, a comunidade e os visitantes, contribuindo para o desenvolvimento cultural e social da região, enquanto reforça as relações sociais e o protagonismo dos agentes afro-religiosos.</p>	<p>https://periodicos.ufrj.br/index.php/repecult/article/view/1024</p>
<p>MOREIRA, A. M. A. C. (2024).</p>	<p>Simbologia do terreiro: conexão entre o espaço e a mitologia das religiões afro-brasileiras: uma análise do terreiro 3 poderes: Ouro Preto-MG</p>	<p>Definir alguns referenciais espaciais e descobrir quais são os aspectos imprescindíveis para que um terreiro de candomblé passe a funcionar como tal.</p>	<p>A pesquisa analisou três terreiros tombados do candomblé jeje-nagô em Salvador — Casa Branca, Gantois e Opô Afonjá — para identificar referenciais espaciais comuns entre eles. Esses referenciais foram utilizados para explorar aspectos simbólicos e físicos compartilhados pelos espaços religiosos das religiões de matriz africana, incluindo terreiros de Umbanda, mesmo sem tombamentos pelo IPHAN.</p>	<p>https://monografias.ufop.br/handle/35400000/2843</p>
<p>MANCINI, L. A.; HEREDIA, V. B. M. (2024).</p>	<p>Memórias, Patrimônio Cultural</p>	<p>Discutir possibilidades de turismo em locais de memória, como cemitérios.</p>	<p>A análise aponta para diversas possibilidades de (re)significar lugares de memória com a história local, de seus protagonistas com vistas a estimular o turismo a partir das relações entre história, tradições, memórias e patrimônio.</p>	<p>https://www.periodicos.unesc.net/obj/index.php/RDSD/article/view/8514</p>
<p>ALVES, J. M. (2025).</p>	<p>Rotas de Peregrinação: Impactos no Turismo Religioso, Recreativo e no Desenvolvimento Local</p>	<p>Explorar de que maneira os caminhos de peregrinação facilitam práticas recreativas saudáveis e promovem o bem-estar psicológico, enfatizando seu valor terapêutico tanto para as comunidades anfitriãs quanto para os turistas.</p>	<p>As peregrinações desempenham um papel significativo no fortalecimento das ligações culturais e sociais, contribuindo para a coesão das comunidades locais e a proteção de tradições</p>	<p>https://periodicos.news-cienciaepubl.com/arace/article/view/2815</p>

LIMA, S. O. (2025).	Ofícios para os santos: o trabalho nos terreiros de umbanda e candomblé	Analisar os terreiros de umbanda e candomblé no Piauí como comunidades domésticas religiosas, destacando sua reorganização comunitária em resposta à ordem escravista e ao cenário pós-libertação, além de investigar a preservação das semelhanças ritualísticas e o papel do trabalho como elemento unificador dessas práticas religiosas.	A pesquisa revelou que os terreiros possuem um caráter de unidade religiosa fundamentado no trabalho, que é estruturado pela divisão sexual e está relacionado às dimensões litúrgica e de suporte. Foi evidenciada a complementaridade dessas dimensões e seu papel essencial na preservação das tradições religiosas afro-brasileiras, reafirmando a identidade negra e a resistência cultural nos espaços de culto.	https://revistas.uv.br/index.php/revista-vozes/articloe/view/455
LIMA, L. B. B. M.; DUARTE, D. C. (2025).	Políticas públicas de acessibilidade em turismo no Brasil	Identificar e classificar as políticas públicas de acessibilidade em turismo no Brasil nos últimos 20 anos, desde a criação do Ministério do Turismo, no ano de 2003.	O estudo ressaltou a importância de incluir pessoas com deficiência na formulação de políticas públicas multicêntricas para promover um turismo mais inclusivo e equitativo. Também ofereceu recomendações e parâmetros para gestores públicos e da iniciativa privada na elaboração e implementação de políticas mais efetivas na área de turismo acessível.	https://www.scielo.br/j/tva/a/hRvWLFdnRbg7nMB5TRTxgyk/

Fonte: Elaborado pelo autor (2025).